

Instituto Politécnico de Portalegre

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

Curso de Segundo Ciclo de Estudos em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em
Risco

**OS DIREITOS DAS CRIANÇAS
NO CONCELHO DO CRATO,
NA OPINIÃO DAS CRIANÇAS, DOS
ADOLESCENTES E DOS SEUS FAMILIARES**

Orientadora: Professora Doutora Maria José D. Martins

Coorientadora: Professora Doutora Adelaide João Proença

Carolina Cravo Delgado

Outubro 2022

Curso de Segundo Ciclo de Estudos em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

**OS DIREITOS DAS CRIANÇAS
NO CONCELHO DO CRATO,
NA OPINIÃO DAS CRIANÇAS, DOS
ADOLESCENTES E DOS SEUS FAMILIARES**

Esta dissertação foi elaborada no âmbito do projeto Adélia promovido pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Criança e Jovens, ao abrigo de um protocolo estabelecido entre esta instituição e o Instituto Politécnico de Portalegre.

Carolina Cravo Delgado

2022

Constituição do Júri

Presidente: Professor Doutor Joaquim Luís Rodrigues Bonixe

Arguente: Professora Doutora Maria Luísa de Sousa Panaças

Orientador: Professora Doutora Maria José das Dores Martins

Dedicatória

Para os meus pais, que me permitiram realizar esta incrível caminhada.

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus **pais**, por me permitirem tamanha conquista e por sempre me incentivarem a seguir as minhas ambições. Um agradecimento especial à minha mãe por todo o apoio, por acreditar (mais do que eu) que sou capaz. Por me transmitir que os sonhos se podem tornar reais e que com empenho e dedicação, nem o céu é o limite. Obrigada por tudo, principalmente pelo apoio, motivação e pelo incentivo e ânimo nas horas de maior angústia e aflição. Obrigada por toda a confiança depositada em mim e espero um dia poder retribuir, por tudo isto e muito mais.

Depois, agradecer à minha família - **avós, padrinhos e primo** - que foram alento e preocupação. Esta conquista é minha, mas também é deles e para eles. Da mesma forma, um agradecimento à família que escolhi, os meus **amigos**, que estiveram sempre do meu lado e a torcer para que mais uma etapa fosse concluída com sucesso. Sou grata.

Estou grata às minhas **colegas de mestrado**, que desde o primeiro dia me acolheram e deram total apoio, como se de amigas de longa data nos tratássemos. Foram as melhores companheiras de viagem. De igual forma, agradecer à **Professora Doutora Maria José**, pelo seu incansável apoio e por toda a orientação, bem como, a todos os **profissionais da ESECS e do IPP**, que sempre se mostraram disponíveis para esclarecer as minhas questões ao longo destes dois anos.

Um agradecimento especial à **CPCJ do Crato**, pela sua colaboração e apoio, nomeadamente, no fornecimento dos dados e a **todas as crianças, adolescentes e familiares das crianças do concelho** que participaram, respondendo aos questionários.

Por fim, mas nunca menos importante, quero agradecer ao **Tiago** por ter estado sempre presente, por nunca me soltar a mão e por todo o companheirismo. Que esta minha (e um bocadinho tua) vitória, possa dar frutos e que todo o esforço, de ambos, seja, de alguma forma, recompensado. Que o futuro nos reserve muitos sorrisos.

Resumo

Esta dissertação teve como objetivo principal verificar em que medida os direitos das crianças são respeitados e implementados no concelho do Crato, segundo as perspetivas e opiniões das próprias crianças, dos adolescentes e das suas famílias, tendo por referência a CDC (Convenção dos Direitos das Crianças), aprovada pela Organização das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 (UNESCO, 2019).

Por forma a cumprir este objetivo, foi utilizada, como ferramenta de diagnóstico, o questionário. Assim, foram aplicados três questionários a diferentes públicos – crianças, adolescentes e famílias, através da colaboração da CPCJ do Crato e das escolas deste concelho. Os distintos questionários foram aplicados às crianças e adolescentes em sede escolar e o das famílias foi respondido com recurso à plataforma *Microsoft Teams*, tendo sido abrangidas 66 crianças do 1º e 2º ciclos de escolaridade, 51 jovens do 3º ciclo de escolaridade e do ensino secundário, e 59 adultos, todos familiares das crianças e jovens envolvidos nesta investigação.

Através da aplicação dos questionários, os resultados permitiram concluir que, de forma geral, os direitos das crianças encontram-se a ser cumpridos e são respeitados pelos elementos que compõem a comunidade do Crato, apesar dos direitos associados à participação e à segurança serem menos alcançados que os restantes.

Palavras-chave

Crianças, Jovens, Famílias, Direitos

Abstract

The main objective of this dissertation was to verify the extent to which children's rights are respected and implemented in the municipality of Crato, according to the perspectives and opinions of the children themselves, adolescents and their families, with reference to the CDC (Convention on the Rights of Children), approved by the United Nations on November 20, 1989 (UNESCO, 2019).

In order to achieve this objective, the questionnaire was used as a diagnostic tool. Thus, three questionnaires were applied to different audiences - children, adolescents and families, through the collaboration of the CPCJ of Crato and the schools of this municipality. The different questionnaires were applied to children and adolescents in schools and the families' questionnaires were answered using the *Microsoft Teams* platform, covering 66 children from the 1st and 2nd cycles of schooling, 51 young people from the 3rd cycle of schooling and secondary education, and 59 adults, all family members of the children and young people involved in this investigation.

Through the application of the questionnaires, the results allowed us to conclude that, in general, children's rights are being fulfilled and are respected by the elements that make up the Crato community, despite the rights associated with participation and security being less achieved. than the rest.

Key words

Children, Youth, Families, Rights

Abreviaturas e Símbolos

CDC – Convenção dos Direitos da Criança

CNPDPJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CPCJs – Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

EB – Ensino Básico

IPP – Instituto Politécnico de Portalegre

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

Índice

Introdução	12
Parte I: Enquadramento Teórico	14
1. O Desenvolvimento da Criança e Adolescente	14
1.1. O Desenvolvimento da Criança	14
1.2. O Período da Adolescência	16
1.3. A Importância da Família no Desenvolvimento da Criança e Adolescente	17
2. Direitos da Criança	18
2.1. A Convenção dos Direitos da Criança	19
2.2. A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo	21
3. Caracterização do Concelho do Crato	23
4. Caracterização da População Escolar do Crato	24
Parte II: Estudo Empírico	25
1. Método - Estudo 1 – Opiniões das Crianças	25
1.1. Participantes	25
1.2. Instrumentos	25
1.3. Procedimento	27
2. Método - Estudo 2 – Opiniões dos Jovens	27
2.1. Participantes	27
2.2. Instrumentos	28
2.3. Procedimento	29
3. Método - Estudo 3 – Opiniões das Famílias	29
3.1. Participantes	29
3.2. Instrumentos	30
3.3. Procedimento	31
4. Apresentação de Resultados	31
4.1. Estudo 1 – Resultados relativos às opiniões das Crianças	31
4.2. Estudo 2 – Resultados relativos às opiniões dos Jovens	41
4.3. Estudo 3 – Resultados relativos às opiniões das Famílias	54
5. Conclusões e Discussão dos Resultados	68

Considerações Finais	74
Referências Bibliográficas	77

Índice de Tabelas

Tabela n.º 1 – Distribuição das crianças por sexo e por nível de escolaridade	25
Tabela n.º 2 – Distribuição dos jovens por sexo e por nível de escolaridade	28
Tabela n.º 3 – Opiniões das crianças (n=66) relativamente às possibilidades de “Brincadeira e lazer” no seu concelho.	32
Tabela n.º 4 – Opiniões das crianças (n=66) relativamente às possibilidades de “A minha participação e cidadania” no seu concelho.	33
Tabela n.º 5 – Opiniões das crianças (n=66) relativamente às possibilidades de “A minha segurança e proteção” no seu concelho.	35
Tabela n.º 6 – Opiniões das crianças (n=66) relativamente às possibilidades de “A minha saúde” no seu concelho	36
Tabela n.º 7 – Opiniões das crianças (n=66) relativamente às possibilidades de “A minha educação” no seu concelho.	37
Tabela n.º 8 – Opiniões das crianças (n=66) relativamente às possibilidades de “A minha vida pessoal” no seu concelho	40
Tabela n.º 9 – Opiniões dos jovens (n=51) relativamente às possibilidades de “Brincadeira e lazer” no seu concelho.	41
Tabela n.º 10 – Opiniões dos jovens (n=51) relativamente às possibilidades de “A minha participação e cidadania” no seu concelho.	43
Tabela n.º 11 – Opiniões dos jovens (n=51) relativamente às possibilidades de “A minha segurança e proteção” no seu concelho.	45
Tabela n.º 12 – Opiniões dos jovens (n=51) relativamente às possibilidades de “A minha saúde” no seu concelho.	46
Tabela n.º 13 – Opiniões dos jovens (n=51) relativamente às possibilidades de “A minha educação” no seu concelho.	48
Tabela n.º 14 – Opiniões dos jovens (n=51) relativamente às possibilidades de “A minha vida pessoal” no seu concelho.	51
Tabela n.º 15 – Opiniões dos jovens (n=4) relativamente ao sistema de proteção de crianças e jovens em risco	52
Tabela n.º 16 – Opiniões das famílias (n=59) relativamente às possibilidades de “Brincadeira e lazer” no seu concelho.	54
Tabela n.º 17 – Opiniões das famílias (n=59) relativamente às possibilidades de “Participação e cidadania” no seu concelho	56

Tabela n.º 18 – Opiniões das famílias (n=59) relativamente às possibilidades de “Segurança e proteção” no seu concelho.....	58
Tabela n.º 19 – Opiniões das famílias (n=59) relativamente às possibilidades de “Saúde” no seu concelho.....	61
Tabela n.º 20 – Opiniões das famílias (n=59) relativamente às possibilidades de “Educação” no seu concelho.....	63
Tabela n.º 21 – Opiniões das famílias (n=59) relativamente às possibilidades de “Conciliação entre vida familiar e trabalho” no seu concelho.....	66

Introdução

Esta dissertação foi elaborada ao abrigo de um protocolo entre a CNPDPCJ (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens) e o IPP (Instituto Politécnico de Portalegre), insere-se num dos eixos do projeto Adélia promovido pela CNPDPCJ que prevê a necessidade de se efetuarem diagnósticos locais, ao nível de cada um dos concelhos onde as CPCJs (Comissões de Proteção de Crianças e Jovens) atuam, a fim de estas elaborarem planos locais de intervenção ajustados à realidade de cada um dos concelhos (CNPDPJ/CESIS, 2019).

Esta dissertação teve como objetivo principal verificar em que medida os direitos das crianças são respeitados e implementados no concelho do Crato, segundo as perspetivas e opiniões das próprias crianças, dos jovens e das suas famílias, tendo por referência a CDC (Convenção dos Direitos das Crianças), aprovada pela Organização das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 (UNESCO, 2019).

As transformações demográficas visíveis no nosso país e as cada vez maiores dificuldades económicas, em conjunto com as mudanças culturais ocorridas nas últimas décadas, fizeram com que se sucedessem mudanças nas tradicionais estruturas familiares, nomeadamente, no que concerne aos papéis e funções desempenhadas por cada membro do seio familiar, conduzindo a mudanças significativas, no que respeita, a título de exemplo: ao aumento do número de divórcios, à existência de famílias monoparentais, à coabitação de famílias de segundos casamentos, entre tantos outros (Monteiro, 2008 citado por Lourenço, 2010). Surgem, assim, novas figuras e estruturas familiares, por vezes, mais suscetíveis de desenvolver situações de perigo, visto que, na perspetiva de Strecht (2006: 98 citado por Lourenço, 2010, p. 31) há um número elevado de crianças e jovens que vivenciam “panoramas de total desintegração familiar”.

Assim, os primeiros anos de vida denotam-se fundamentais para o desenvolvimento de um indivíduo e são aqueles que efetuam a “arquitetura cerebral”, pelo que as interações realizadas nessa altura são consideradas muito importantes por contribuírem para um desenvolvimento pleno e saudável. Da mesma forma, a existência de um adulto significativo e de figuras de referência, bem como, cuidadores, revela-se como uma dimensão fulcral para a presença de um ambiente seguro e securizante. Neste sentido, o desenvolvimento e maturação cerebrais permitem o controlo de comportamentos e os adultos de referência, assim como, a restante família, têm o poder e a responsabilidade de auxiliar a moldar o cérebro das crianças, ajudando a estabelecer

o máximo de ligações cerebrais possíveis e fornecendo o tipo de experiências adequadas, conscientes e intencionais, que resultem num desenvolvimento e crescimento expectáveis e normativos.

Face ao exposto, revela-se importante a efetiva concretização dos direitos das crianças por forma a não comprometer o seu saudável desenvolvimento e permitir uma vivência digna, assente na proteção e participação destas na sociedade. Por forma a cumprir com o principal objetivo desta dissertação – averiguar a implementação dos direitos das crianças no concelho do Crato, segundo as perspetivas e opiniões das próprias crianças, dos jovens e das suas famílias – foram efetuados três estudos, nos quais foram aplicados como instrumento, três questionários, compostos por cinco grandes secções distintas: “Brincadeira e lazer”; “A minha participação e cidadania”; “A minha segurança e proteção”; “A minha saúde”; “A minha educação”; e, por último, “A minha vida pessoal”.

A presente dissertação encontra-se dividida em duas grandes partes, em que na primeira se abordam os construtos teóricos acerca da temática do desenvolvimento das crianças e adolescentes e dos seus direitos, e é realizada a caracterização do concelho em estudo e da população escolar do mesmo. Já na segunda parte, dar-se-á destaque ao estudo empírico, subdividido em três estudos – crianças, adolescentes e familiares. Nesta segunda parte encontra-se o capítulo do método que caracteriza os participantes, instrumentos e procedimentos nos três estudos, seguido da apresentação de resultados relativamente aos três estudos. A dissertação termina com os capítulos das conclusões e discussão, das considerações finais e com a lista de referências bibliográficas consultada.

Parte I: Enquadramento Teórico

1. O Desenvolvimento da Criança e Adolescente

1.1. O Desenvolvimento da Criança

Até ao século XIX as crianças seguiam modos de vida similares aos dos adultos, no sentido em que eram inseridos na vida laboral de forma precoce, o que muitas vezes prejudicava o seu normal desenvolvimento, saúde e formação (Rajado, 2012). A partir de então (século XIX) começaram a surgir as primeiras leis de proteção à infância na Europa, contudo apenas no século XX a criança é visualizada como um sujeito pleno de direitos, o que se denotou fundamental para a construção e consolidação de uma “infância cidadã” (Cardoso, 2017, p. 4). Então, é perceptível que a conceptualização de infância tem vindo a sofrer várias alterações, sendo fundamental referir que esta noção corresponde a uma fase da vida que objetiva preparar a criança para o futuro, o que pressupõe que exista uma forte ligação entre pais e filhos, uma vez que, as características desta relação irão representar uma enorme relevância no posterior desenvolvimento da criança e do jovem (Andrade, 2019).

Uma outra dimensão de relevo corresponde ao facto de a criança, desde o momento em que nasce, existir enquanto ser social, no sentido em que necessita de ser aceite pelos outros e ocupar um lugar na sociedade, sujeitando-se às normas, padrões e valores vigentes nesta, para que possa adaptar-se ao meio/contexto e transformá-lo, de modo a assegurar a sua sobrevivência e bem-estar, assumindo, desde logo, papéis, normas e formas de agir em e na sociedade (Teixeira, 2008).

Assim, e como mencionado, a infância constitui-se “como uma condição social que tem vindo a ser gerada no contexto de mudanças sociais e históricas que altera usos, conceções e perceções acerca das crianças” (Tomás, 2002; Ferreira, 2000 citado por Cardoso, 2017, p. 3). Já o desenvolvimento e a aprendizagem constituem-se como uma construção pessoal e que resulta de um processo experimental (Marchão, 2012 citado por Crespo, 2016), sendo que, e de acordo com a teoria de desenvolvimento de Vygotsky (Crespo, 2016), o desenvolvimento e a aprendizagem são dois construtos interligados, pois é necessário que exista aprendizagem para que o desenvolvimento ocorra. Este autor (Vygotsky), que perceciona o desenvolvimento como inato ao ser humano, considera que é na interação e conseqüente aprendizagem com o outro, num determinado ambiente sociocultural – o seu meio envolvente, que ocorre o desenvolvimento cognitivo da

criança, estando, assim, o desenvolvimento, também, ligado à relação/interação com o outro (Crespo, 2016). Assim, para que o desenvolvimento se verifique exequível, a criança necessitará do apoio de um adulto de referência, tendo em conta que o desenvolvimento da criança vai sofrendo alterações desde o momento em que nasce até à idade adulta. Uma dimensão fundamental e inerente às componentes familiares, diz respeito à vinculação, que corresponde ao desenvolvimento de uma ligação entre a criança e o(s) seu(s) cuidador(es), sendo crucial a criação de uma vinculação positiva que pressupõe a existência de padrões de segurança, desenvolvimento e autonomização adequados, constituindo-se de extrema importância que o vinculado da criança permita a existência de laços de vinculação seguros e que se represente como uma fonte de segurança para a criança (Silva, 2016).

Face ao exposto, as crianças têm tendência para imitar, aprender e reproduzir as atitudes e os comportamentos dos seus pais e/ou adultos de referência, seguindo os modelos visualizados em casa. Esta conceção leva-nos ao encontro da perspectiva da Teoria de Aprendizagem Social de Bandura (2005), que considera que existe uma tendência inerente ao ser humano que remete para a imitação e a moldagem de comportamentos, sendo que as crianças procuram seguir o que é visualizado nas suas figuras de referência, nomeadamente, os seus pais, possuindo tendência para se comportarem de forma semelhante à observada e avaliada, pelas próprias crianças, como correta e gratificante. Deste modo, Bandura (2005) defende na sua teoria do desenvolvimento que as crianças podem aprender modelos cognitivos e comportamentais a partir dos modelos visualizados no quotidiano e nas suas atividades diárias, nomeadamente, a observação dos comportamentos e atitudes dos seus cuidadores, tendo em conta que a família detém uma influência muito importante na aquisição de modelos normativos e na consequente promoção do bem-estar e cumprimento dos seus direitos.

Neste seguimento, a família é um dos contextos mais propensos para a aquisição de novos modelos de crenças e valores que a criança adquire e que pode modificar, ou não, ao longo da sua vida (Reis, Prata & Parra, 2018), sendo que, de acordo com Bandura, a aprendizagem ocorre mediante experiências pessoais do dia-a-dia, caracterizadas por observações, manipulações e vivências diretas da criança. O desenvolvimento infantil, processo amplo e complexo, é único, contínuo, dinâmico e progressivo em cada indivíduo, constituindo-se como o alcance das habilidades motoras, cognitivas e psicossociais, e que é influenciado por questões relacionadas com a gestação, as próprias

características intrínsecas a cada criança, o cuidado e satisfação das necessidades para com a criança, e as condições socioeconômicas da sua família (Souza & Veríssimo, 2015).

Em idade pré-escolar e escolar, a estimulação das capacidades motoras, cognitivas e afetivo-sociais das crianças é muito importante para o desenvolvimento global de cada criança e estas são influenciadas pelo tipo de experiências oferecidas, nomeadamente, as interações estabelecidas entre a criança e as pessoas com quem a mesma vive e convive. Por este motivo, a criança é um ser dinâmico e interage a todo o momento com a realidade, com as pessoas e objetos, sendo que essa mesma interação contribui para a construção da sua estrutura mental (Silva, 2004). Na fase pré-escolar, existe uma tendência de assimilação da realidade e do meio/contexto em que a criança se encontra inserida, sendo por isto importante, a existência de experiências positivas e o estabelecimento de relações afetuosas e seguras. Antes dos 6 anos de idade, a criança encontra-se no período sensório-motor, que de acordo com Piaget (citado por Silva, 2004), permite que a criança evoque acontecimentos/lembranças ou objetos na sua ausência, sendo que o pensamento se vai tornando progressivamente mais complexo, o que não ocorre entre os 2 até aos 6 anos de idade – período pré-operatório – em que a criança recorre a atividades sensório motoras para elaborar e construir conhecimentos e aprendizagens (Silva, 2004).

Por volta dos 7/8 anos de idade (estádio das operações concretas de Piaget), a criança recorre à lógica e à construção de estruturas operatórias concretas, possuindo a capacidade de pensar uma ação e, não apenas interiorizá-la como se sucede no pensamento pré-operatório (Pádua, 2009), denotando-se, por isso, uma dissemelhança do estágio anterior no que concerne ao desenvolvimento cognitivo. Ultrapassando a fase do pensamento operatório, a criança chegará à dimensão das operações formais – estágio operatório formal – que consiste na realização destas operações construídas sobre hipóteses e não apenas sobre objetos, como no estágio anterior. Assim, aos 11/12 anos de idade, "O raciocínio hipotético-dedutivo torna-se possível, e, com ele, a constituição de uma lógica 'formal' quer dizer, aplicável a qualquer conteúdo" (Pádua, 2009, p. 32). Piaget considera que este é o último estágio do desenvolvimento cognitivo e, a partir daqui, existe uma evolução contínua ao nível dos raciocínios formais e abstratos.

1.2. O Período da Adolescência

Após ultrapassar o período da infância, inicia-se a adolescência, que marca a transição do estado infantil para o estado adulto (Andrade, 2019). A adolescência, inicia-se com a puberdade e caracteriza-se pela ocorrência de alterações ao nível físico/biológico, ao nível

psíquico e ao nível social. É nesta fase que, por vezes, surgem os principais desequilíbrios, onde é imprescindível que os progenitores sejam capazes de prestar todo o apoio afetivo necessário, em simultâneo com o estabelecimento de limites e imposição de regras comportamentais, tendo sempre por base a dimensão da compreensão e da liberdade (Sampaio, 2006 citado por Andrade, 2019). É uma fase marcada pela importância do grupo de pares e orientação pelos colegas, e pela necessidade de pertença a um determinado grupo onde se estabeleçam relações significativas, fazendo com que, muitas das vezes, a orientação pelos colegas coloque em causa a educação e as decisões tomadas pelos pais, sendo, por isso, um momento de crise psicossocial provocando uma confusão de papéis, que conseqüentemente causa uma crise de identidade. De acordo com o autor Erikson (s.d. citado por Veríssimo, 2002, p. 19), ocorre uma “revolução fisiológica”, no sentido em que a maturidade biológica e a capacidade intelectual de abstração, distintas das crianças, mas ainda distantes da fase adulta, fazem com que os adolescentes “residam” entre dois mundos: o mundo infantil e o mundo adulto, existindo uma procura de estabelecimento de coerência do *self*.

Neste processo, o jovem adolescente pretende encontrar-se a si próprio e afirmar-se perante o outro, ocorrendo a experiência de distintos papéis, sobretudo no seu ciclo de amizades, onde estabelece aquilo que é, ou que objetiva ser, e aquilo que não é e sobre o qual não se revê, definindo de forma muito rígida os seus gostos e vontades, obtendo destaque a impressão que causará nos outros, face à busca de identidade. Na adolescência, é fundamental a existência de liberdade, sempre acompanhada por regras, limites e orientações estruturadas, por forma a permitir-se o desenvolvimento do sentido de identidade e a adequada integração social, cujo jovem “conhece os seus talentos, aptidões e capacidades, mas que também tem um sentido adequado das suas limitações; que tem as suas defesas contra ameaças e angústias” (Veríssimo, 2002, p. 20).

1.3. A Importância da Família no Desenvolvimento da Criança e Adolescente

A família é vulgarmente considerada como o espaço onde são estabelecidas as relações de confiança e afeto, e onde é promovido o bem-estar de todos os elementos que a compõem, sendo por isso, um lugar privilegiado de socialização (função externa da família) que irá influenciar os percursos de vida futuros e as formas de os indivíduos se relacionarem com o outro. Tal como referenciado por Xarepe, Costa & Morgado (2017, p. XIX), a família é considerada “o meio ideal para o crescimento e realização afetiva de

todos os seus membros” e é “um espaço privilegiado de intimidade e privacidade”, sendo o primeiro contexto e o mais significativo do desenvolvimento humano.

Posto isto, é no seio familiar que são feitas as primeiras aprendizagens e onde se constroem comportamentos, atitudes, valores e princípios que irão determinar o indivíduo para o resto da sua vida. Neste sentido, a família exerce um papel fundamental no desenvolvimento da sociabilidade, afetividade e bem-estar biopsicossocial de todos os seus membros, sendo por isso, o contexto doméstico considerado como o lugar adequado e de excelência para o desenvolvimento integral de cada indivíduo (Lourenço, 2010), pelo que a família deve ser visualizada como um meio acolhedor, afável e amável para a criança e/ou adolescente, auxiliando na garantia da sua plena segurança e correspondendo às necessidades e especificidades, uma vez que, a ligação existente entre os seus membros é considerada como um elemento crucial no processo de socialização e equilíbrio emocional da criança e do jovem.

É possível concluir que a família é um meio de transmissão de valores e normas de conduta, pelo que é fundamental que esta saiba em que consistem os seus valores e normas, tal como, a forma como a criança/jovem pode internalizá-los, sendo que as suas figuras parentais serão “o primeiro suporte das vivências relacionais, base dos futuros modelos que servem de esqueleto para uma forma de funcionamento de cada um consigo próprio e com os outros” (Strecht, 2012, p. 145).

Tendo em conta o descrito, é fundamental que a criança e o adolescente possuam um adulto de referência, de modo que o seu desenvolvimento possa ser promovido, garantindo o bem-estar e as condições necessárias para o seu saudável crescimento, sendo que, é fundamental a existência, por um lado, de afetividade, mas também a imposição de regras e definição de limites claros e pouco difusos. Para concluir, é a relação afetiva que é estabelecida entre a criança/adolescente e os seus cuidadores que estrutura e pode promover o desenvolvimento.

2. Direitos da Criança

As medidas de política social que se destinam à infância em Portugal acompanham uma linha orientadora internacional e europeia em matéria de infância e juventude, sendo que mais recentemente, Portugal assentou a sua proteção em reformas e documentos estratégicos fundamentais, pelo que, na atualidade, a intervenção foca-se na igualdade de

oportunidades, cidadania, responsabilidade, participação e integração. Importa, deste modo, efetuar referência à Convenção dos Direitos da Criança (Resolução da Assembleia da República nº 20/90), que aprova os Direitos da Criança, tendo sido assinada em janeiro de 1990, em Nova Iorque e é um documento que estabelece o superior interesse da criança, considerando-a como um todo, independentemente do seu meio e/ou enquadramento familiar.

2.1. A Convenção dos Direitos da Criança

O documento da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) aprovado pela Assembleia da Organização das Nações Unidas em 1989 e ratificado por Portugal em 1990 (UNICEF, 2019), define um conjunto de artigos que se centram na promoção e proteção da criança, baseando-se na sua não discriminação e focando-se no superior interesse desta. Assim, o mesmo inicia com um Preâmbulo que traduz os princípios fundamentais das Nações Unidas, reafirma a necessidade de proteção às crianças e a importância do respeito pelos valores culturais e pelos cuidados à criança. Tal como o próprio nome sugere, o documento da CDC aborda os direitos de todos os seres humanos que possuam idade menor a 18 anos, existindo o comprometimento perante os governos de permitir que as crianças tenham o desenvolvimento pleno das suas capacidades, respeitando todos os seus direitos, independentemente das suas características individuais, pessoais, familiares, culturais ou outras. Aquando da criação da convenção, a criança passou a ser encarada como um indivíduo com direitos, liberdades e garantias imprescindíveis para a sua sobrevivência, sendo este um documento adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ratificado, posteriormente em Portugal) como um instrumento multilateral e em vigor em diversos países. Assim, a convenção constitui-se como um tratado que procura a prestação de proteção à criança e o respeito pelos seus direitos e deveres, na tentativa de eliminar qualquer forma de injustiça para com estas, nomeadamente, situações de guerra, fome, pobreza, violência, negligência, entre outras (UNICEF, 1990).

A CDC estabelece o conceito de criança como um ser humano menor de 18 anos, expondo os direitos fundamentais dos mesmos, nomeadamente:

Direito à vida – artigo 6.º;

Direito à integridade física e moral – artigo 19.º;

Direito à privacidade e à honra – artigo 16.º;

Direito à imagem, igualdade e liberdade – artigo 37.º;

Direito de expressão – artigos 12.º e 13.º;

Direito de manifestação de pensamento – artigo 14.º.

Face aos direitos mencionados, todas as restantes medidas a adotar relativamente à vida das crianças deverão respeitar e ter em conta o superior interesse destas, no que concerne a medidas tomadas por instituições públicas ou privadas (tribunal, órgãos legislativos, CPCJ, etc.). Associado ao artigo 3.º, relativo ao superior interesse da criança, surge o 7.º que retrata o direito à identidade (direito ao nome e à nacionalidade), bem como, os artigos 28.º e 29.º que procuram garantir o direito à educação associado à igualdade de oportunidades.

A CDC divide-se em quatro partes, em que a primeira diz respeito ao preâmbulo, a segunda está relacionada com direitos substantivos, a terceira estabelece os procedimentos para que a implementação da Convenção possa ser monitorizada e, por último, desenvolve os mecanismos para a ratificação da mesma, compreendendo, na sua totalidade, 54 artigos (Cardoso, Guerreiro, Silva & Landsdown, 2017). Estes artigos constituem-se como “princípios orientadores: princípio da não-discriminação (artigo 2º); princípio do superior interesse da criança (artigo 3º); direito da criança à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento (artigo 6º); princípio do respeito pelas opiniões da criança (artigo 12º)” (Cardoso, Guerreiro, Silva & Landsdown, 2017, p. 35).

O Comité sobre os Direitos da Criança efetuou, ainda, uma organização dos artigos em quatro grupos, por forma a facilitar a compreensão, sendo estes:

- Sobrevivência (artigos 6 e 23 ao 27), associado à satisfação das necessidades básicas, como a existência de alimentação, alojamento e cuidados de saúde;
- Desenvolvimento (artigos 6 e 27 ao 31), que respeita à satisfação das necessidades de desenvolvimento pessoal, como valorização da educação, cultura e religião, estabelecimento de relações sociais e do brincar;
- Proteção (artigos 19 ao 22 e 32 ao 37), associado à satisfação de necessidades relacionadas com vulnerabilidades e segurança, incluindo a dimensão da prevenção;
- Participação (artigos 12 ao 17), relacionado com a satisfação de necessidades associadas a competências pessoais, como direito à informação e participação (Cardoso, Guerreiro, Silva & Landsdown, 2017).

O objetivo final da CDC é garantir o desenvolvimento pleno e saudável das crianças, mediante o favorecimento do crescimento no interior do seu seio familiar, em clima de felicidade, amor, carinho, compreensão e segurança. A CDC procura que as crianças possam participar livremente na sociedade, sem discriminação e com a dimensão

inerente ao seu superior interesse, facilitando, assim, a sua sobrevivência e desenvolvimento de forma o mais harmoniosa possível e com qualidade de vida, considerando todas as suas capacidades, competências e aptidões.

Os direitos das crianças, à semelhança dos direitos humanos, assentam nos princípios da universalidade e indivisibilidade, no sentido em que os direitos se aplicam a todos os indivíduos e não são hierarquizados

2.2. A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

Para implementar os direitos das crianças, sempre que estas estejam expostas a situações de perigo, causadas por elas próprias ou por outros, é necessário aplicar medidas de promoção e proteção com o objetivo de promover os seus direitos e colocar termo a essas situações que podem comprometer a sua segurança e desenvolvimento. Desta forma, de modo a efetuar a concretização do superior interesse da criança e/ou jovem, foram já criados um conjunto de direitos das crianças que, quando ocorre a sua transgressão ou violação, considera-se estar perante uma situação de perigo, à qual é necessário aplicar medidas de promoção e proteção que o aniquilem, com vista ao desenvolvimento integral da saúde, segurança e educação da criança e/ou jovem. Assim, o Código Civil (Decreto-Lei n.º 47344/1966, de 25 de novembro) prevê, na Subsecção V denominada por “Inibição e limitações ao exercício das responsabilidades parentais”, medidas limitativas das responsabilidades parentais, incluindo a sua inibição, em todas as situações em que o exercício parental provoque consequências graves à criança e/ou jovem, atualmente previstas na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) (Lei n.º 147/99 de 01 de setembro). Com a entrada em vigor dessa lei, no início do ano de 2001, as anteriormente denominadas por Comissões de Proteção de Menores, foram substituídas pelas atuais Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, que centram a sua intervenção nos direitos das crianças e jovens. Assim, a LPCJP operacionaliza os princípios enunciados na CDC, aprovada em 1989.

Neste seguimento, importa referir que de acordo com a LCJP (Lei n.º 147/99, de 01 de setembro), artigo 3.º número 2, uma criança ou jovem encontra-se em perigo quando está numa (ou mais) das seguintes situações:

- “a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;

d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;

e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;

f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;

g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação;

h) Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional.” (Lei n.º 147/99 de 01 de setembro, artigo 3º, n.º 2).

Posto isto, várias são as repercussões sentidas pelas crianças e/ou jovens que se encontram expostas a situações de perigo, quer sejam situações provocadas e desencadeadas pelos próprios, quer pelos seus cuidadores, visto que, qualquer que seja a alínea acima transcrita da LPCJP aplicável à situação vivenciada pelo indivíduo menor, as marcas deixadas são inevitáveis e impossíveis de contornar (Teixeira, 2008), quer a curto e médio prazos, como também a longo prazo. Este representa, assim, um flagelo mundial, que atinge e causa prejuízos durante o período de desenvolvimento de uma criança e/ou jovem, sendo fundamental efetuar intervenções ao nível da prevenção, visto que, a exposição ao perigo pode provocar problemas comportamentais, psíquicos e/ou físicos (Andrade, 2019). Por conseguinte, e devido ao facto de as crianças e jovens se encontrarem em fase de formação, as dificuldades impostas pelo perigo a que se encontram sujeitas poderão limitar e perturbar o seu desenvolvimento físico, afetivo e psíquico, apresentando dificuldades aos mais variados níveis, como, escolar, comportamental, emocional (Sousa & Carvalho, 2015).

Relativamente às medidas de promoção e proteção que podem ser aplicadas para que se afaste o perigo em que as crianças/jovens se encontram, de modo a proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua saúde e segurança, bem como, a formação, educação, bem-estar e o desenvolvimento integral e a garantir a sua recuperação física e psicológica, pode ser aplicada a medida de acolhimento residencial. Esta medida, presente na alínea f, do artigo 35º, Lei n.º 147/99 de 01 de setembro e na Subsecção II, consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade

que possui instalações e equipamento adequados, bem como, recursos humanos permanentes, que procuram criar condições que garantam a satisfação dos seus cuidados básicos e necessários, em simultâneo com o objetivo de favorecer e contribuir para a sua integração num “contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.” (Lei n.º 147/99 de 01 de setembro, artigo 49.º, n.º 2).

3. Caraterização do Concelho do Crato

A vila do Crato, pertencente ao distrito de Portalegre, faz parte da região alentejana, sendo sub-região do Alto Alentejo. De acordo com os dados obtidos nos Censos 2011, é sede do município do Crato com 3 185 habitantes, o que corresponde a uma densidade populacional de 8,1 habitantes/km² (Pordata, 2021), e com área de 398,07km², encontrando-se subdividido em quatro freguesias: Aldeia da Mata; Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso; Gáfete; e Monte da Pedra.

Através dos dados disponibilizados na plataforma Pordata, referentes ao ano de 2011, é possível concluir que, o Crato era constituído por um total de 3.708 habitantes dos quais: existiam 212 habitantes com faixas etárias entre os 0 e os 09 anos de idade (0-04=96; 05-09=116); as faixas etárias dos 10-14 e 15-19 eram constituídas por 139 habitantes e 125, respetivamente; com 297, os habitantes com idades entre os 20 e os 29; entre os 30 e os 64 anos de idade, a vila do Crato possuía um total de 1632 habitantes; e, por fim, a população com 65 ou mais anos de idade, era constituída por 1303 habitantes.

Abordando os dados preliminares disponíveis dos Censos 2021, é possível inferir que o distrito de Portalegre conta com um total populacional de 22 368, existindo um maior número de mulheres, com 11 765 pessoas e 10 603 homens (INE, 2021). Ao nível do concelho do Crato, este contabiliza um total de 3225 pessoas, sendo que destas, 1740 são mulheres e 1485 são homens, verificando-se novamente o padrão do maior número de indivíduos do sexo feminino, sendo de notar que 2693 habitantes frequentam algum nível de ensino (1.º ciclo do Ensino Básico, 2.º ciclo do Ensino Básico, 3.º ciclo do Ensino Básico, Secundário ou Superior) (INE, 2021). Importa referir que o concelho em análise, detém um total de 1392 agregados familiares (INE, 2021).

Em termos de infraestruturas para a infância disponíveis no Crato, destaca-se a existência de um parque infantil (situado no Campo 1.º de maio). Relativamente às infraestruturas desportivas, existe: um estádio de futebol, uma piscina coberta, um campo

sintético e um parque aquático, de acordo com o site do Município do Crato. Os alunos podem praticar natação na piscina através do desporto escolar e em regime particular. Existem ainda as seguintes associações recreativas: Clube de futebol e Banda Filarmónica.

4. Caraterização da População Escolar do Crato

No concelho do Crato encontram-se os seguintes estabelecimentos de ensino: Jardim de Infância Centro Infantil “A EIRA” da Santa Casa da Misericórdia; o Agrupamento de Escolas do Crato (Escola Básica Ana Maria Ferreira Gordo) que inclui uma escola de ensino básico de 1.º ciclo, 2.º ciclo e 3.º ciclo e também uma escola de Ensino Secundário – Escola Profissional Agostinho Roseta (Polo do Crato). Ao nível do número de alunos por ciclo de escolaridade, o Crato, detinha no ano 2020/2021, um total de 274 alunos, dos quais:

31 crianças a frequentar Jardim de Infância/Pré-Escolar;

85 alunos a frequentar o 1.º ciclo do Ensino Básico;

40 alunos a frequentar o 2º ciclo do Ensino Básico;

64 alunos a frequentar o 3.º ciclo do Ensino Básico; e

54 alunos a frequentar o Ensino Secundário.

Parte II: Estudo Empírico

1. Método - Estudo 1 – Opiniões das Crianças

1.1. Participantes

Participaram neste estudo 66 crianças, 37 (56,1%) do sexo feminino e 29 (43,9%) do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 7 e os 12 (apesar do questionário prever a idade de 6 anos, nenhuma criança desta amostra tinha 6 anos) anos, situando-se a média de idades nos 9,9 anos, a mediana nos 10 anos e a moda nos 11 anos.

Das 66 crianças, 38 (57,6%) crianças frequentavam o 2.º, o 3.º ou o 4.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico, 28 (42,4%) crianças frequentavam o 5.º ou o 6.º ano do 2.º Ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas do Crato – Escola Básica Ana Maria Ferreira Gordo.

Tendo em conta que 85 alunos frequentavam o 1º ciclo do EB (Ensino Básico) e 38 responderam ao questionário, a taxa de resposta foi de 44,7%. Como 40 alunos frequentavam o 2º ciclo do EB, e 28 responderam ao questionário, a taxa de resposta foi de 70%. As taxas de resposta nestes ciclos de escolaridade foram bastante boas.

A tabela nº 1 apresenta a distribuição das crianças por sexo e por nível de escolaridade.

Tabela n.º 1

Distribuição das crianças por sexo e por nível de escolaridade

Sexo	Nível de ensino frequentado					Total
	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	6.º ano	
Feminino	6	8	7	10	6	37
Masculino	4	8	5	6	6	29
Total	10	16	12	16	12	66

Nota: Elaboração própria

1.2. Instrumentos

O instrumento utilizado corresponde a um questionário que é parte integrante de um pacote elaborado no contexto da iniciativa “Cidades Amigas das Crianças”, organizada pela Childwatch International Research Network da UNICEF (2011) na

Noruega, sendo que as questões sofreram as alterações necessárias, de modo a irem ao encontro dos objetivos das CPCJs, no que respeita ao Projeto Adélia. As orientações por parte da CNPDPCJ são as de que, face às características dos participantes, esta ferramenta de diagnóstico podia ser aplicada com recurso a um adulto responsável ou pessoa facilitadora, para que houvesse algum apoio por parte destes. A adaptação do questionário a Portugal teve a colaboração do CESIS (Centro de Estudos para a Intervenção Social).

Assim, e descrevendo de forma sucinta o questionário aplicado às crianças, este é composto por cinco grandes secções distintas, intituladas por: “Brincadeira e lazer”; “A minha participação e cidadania”; “A minha segurança e proteção”; “A minha saúde”; “A minha educação”; e, por último, “A minha vida pessoal”. Cada item de cada uma das secções enunciadas possui cinco possibilidades de resposta, que são as seguintes: “Completamente verdade”; “Nem sempre”; “Não é verdade Ou Não acontece”; “Não sei”. Cada uma das secções termina com uma pergunta aberta designada de “Comentários”.

A primeira secção, correspondente à temática “Brincadeira e Lazer”, possui um conjunto de 7 itens e respeita a questões relativas aos equipamentos/locais de que o concelho dispõe e pretende focar-se na forma como a criança efetua a utilização do seu tempo livre, fora do contexto escolar e após o término das aulas, referindo subtemas como as brincadeiras, jogos e os amigos.

Na segunda secção, “A minha participação e cidadania”, composta por, também, 7 itens, são abordadas as pessoas que rodeiam a criança e o modo como estas estimulam e promovem a sua participação e inserção na sociedade/comunidade.

A terceira secção, sob o tema “A minha segurança e proteção” é constituída por 5 itens que abordam as questões do medo, principalmente aquando da deslocação da criança para a escola e o seu relacionamento com colegas e amigos. “A minha saúde”, quarta secção e constituída por 7 itens, foca as questões relacionadas com a saúde, a vida saudável e o estímulo existente por parte das pessoas que rodeiam a criança para um desenvolvimento equilibrado e para a promoção do seu bem-estar.

A dimensão da educação, assumiu principal destaque no questionário, uma vez que, a secção “A minha educação” possui, na totalidade, 18 questões, que abordam o relacionamento com os professores, a envolvência da criança nas aprendizagens e com os ensinamentos que a escola deverá trazer. Por fim, a última secção relativa à temática “A minha vida pessoal”, centra-se nas características da própria casa das crianças,

nomeadamente, nas condições da habitação, das atitudes/comportamentos das pessoas que com ela habitam e nos objetos nela contidos.

1.3. Procedimento

No que respeita ao procedimento, os questionários relativos à opinião das crianças foram aplicados em contexto escolar, sendo que as crianças mais novas (com idades compreendidas entre os 7 e os 9 anos) contaram com o auxílio de dois professores da disciplina de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que leram as questões, facilitando assim o preenchimento dos questionários. Não foi necessária a presença de nenhum dos elementos da CPCJ do Crato.

Os professores que aplicaram os questionários certificaram-se, que antes do seu preenchimento, eram obtidos, por escrito, os consentimentos informados dos pais ou encarregados de educação das crianças e também delas próprias (estas últimas davam o seu consentimento informado no início do questionário, antes de iniciarem as respostas). Foi ainda garantida a confidencialidade dos dados obtidos.

Deste modo, a investigação seguiu e cumpriu as orientações presentes no Código de Ética do Instituto Politécnico de Portalegre (2021).

2. Método - Estudo 2 – Opiniões dos Jovens

2.1. Participantes

Participaram neste estudo 51 jovens, 27 (53%) do sexo feminino e 24 (47,1%) do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos, situando-se a média de idades nos 14,4 anos, a mediana nos 14 anos e a moda nos 13 anos.

Dos 51 jovens que responderam ao questionário, 40 (78%) jovens frequentavam o 7.º, o 8.º ou o 9.º ano do 3.º Ciclo do Ensino Básico, 11 (21,6%) jovens frequentavam o 10.º, o 11.º, o 12.º ano do Ensino Secundário da Escola Agostinho Roseta (Polo do Crato).

Tendo em conta que 64 alunos frequentavam o 3º ciclo do EB, e 40 destes 64 responderam ao questionário, a taxa de resposta neste ciclo de escolaridade foi de 62,5%, uma taxa de resposta bastante boa. No ensino secundário, havia 54 alunos, destes 11 responderam ao questionário, logo a taxa de resposta foi baixa, pois foi apenas de 20%.

A tabela n.º 2 apresenta a distribuição dos jovens por sexo e por nível de escolaridade.

Tabela n.º 2

Distribuição dos jovens por sexo e por nível de escolaridade

Sexo	Nível de ensino frequentado				Total
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Secundário	
Feminino	14	2	5	6	27
Masculino	7	5	7	5	24
Total	21	7	12	11	51

Nota: Elaboração própria

2.2. Instrumentos

O instrumento utilizado é um questionário dirigido a jovens e insere-se no conjunto de instrumentos elaborados na Iniciativa Cidades Amigas das Crianças, pela organização *Childwatch International Research Network* da UNICEF (2011) tendo sofrido as alterações necessárias para se enquadrar nos objetivos das CPCJs, no âmbito do Projeto Adélia, com a colaboração do CESIS. Tal como se verifica no instrumento relativo à opinião das crianças, também este questionário se encontra dividido em 5 secções distintas, nomeadamente: “Brincadeira e lazer”; “A minha participação e cidadania”; “A minha segurança e proteção”; “A minha saúde”; “A minha educação”; e, por último, “A minha vida pessoal”; e cada item de cada uma das secções enunciadas possui cinco possibilidades de resposta: “Completamente verdade”; “Nem sempre”; “Não é verdade Ou Não acontece”; “Não sei”. Cada uma das secções termina com uma pergunta aberta designada de “Comentários”.

A primeira secção, correspondente à temática “Brincadeira e Lazer”, é constituída por 10 itens e diz respeito a questões relativas aos sítios públicos do concelho onde é possível realizar jogos, brincadeiras e atividades de lazer.

Na segunda secção, “A minha participação e cidadania”, composta por 13 itens, são abordadas as pessoas que são responsáveis pelos jovens e o modo como estas autorizam a sua participação e inserção na sociedade/comunidade.

A terceira secção, sob o tema “A minha segurança e proteção” é constituída por 7 itens que abordam as questões do perigo, medo e segurança. “A minha saúde”, quarta

secção e constituída por 8 itens, foca as questões relacionadas com a saúde, a vida saudável e o estímulo existente por parte das pessoas responsáveis pelo jovem e de profissionais de saúde (médicos/enfermeiros) para um desenvolvimento equilibrado e para a promoção do seu bem-estar.

A dimensão da educação, assumiu principal destaque no questionário, uma vez que, a secção “A minha educação” possui, na totalidade, 24 questões, que abordam o relacionamento com os professores, a envolvência do jovem nas aprendizagens e com os ensinamentos que a escola deverá trazer. Por fim, a última secção relativa à temática “A minha vida pessoal”, possui 11 questões, e centra-se nas características da própria casa do jovem, nomeadamente, nas condições da habitação, das atitudes/comportamentos das pessoas que com ele habitam e nos objetos nela contidos. Nesta secção, questiona-se, ainda, o jovem no sentido de saber se este já teve ou não contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em risco e sobre qual a sua opinião sobre o mesmo.

2.3. Procedimento

No que respeita ao procedimento, os questionários relativos à opinião dos jovens foram aplicados em contexto escolar no final do ano de 2020/2021. Os professores que aplicaram os questionários certificaram-se, que antes do seu preenchimento, eram obtidos, por escrito, os consentimentos informados dos pais ou encarregados de educação dos adolescentes, e também deles próprios (estes últimos davam o seu consentimento informado no início do questionário, antes de iniciarem as respostas). Foi ainda garantida a confidencialidade dos dados obtidos.

Deste modo, a investigação seguiu e cumpriu as orientações presentes no Código de Ética do Instituto Politécnico de Portalegre (2021).

3. Método - Estudo 3 – Opiniões das Famílias

3.1. Participantes

Ao contrário do verificado nos questionários dirigidos às crianças e jovens, no que respeita aos participantes na categoria famílias, não foi possível efetuar uma descrição dos mesmos, pois o estudo não contempla nem prevê o preenchimento de dados sociodemográficos por parte desta amostra da população. O grupo-alvo foram adultos, na generalidade pais (mãe ou pai), de crianças e adolescentes que frequentavam o ensino

básico ou secundário das escolas referidas, tendo respondido ao questionário 59 adultos, que eram todos familiares das crianças e jovens envolvidos nesta investigação.

3.2. Instrumentos

A ferramenta de diagnóstico para famílias constitui-se como um questionário anónimo que tinha a possibilidade de ser distribuído em papel ou versão *online*. À semelhança do exposto nos capítulos anteriores, esta ferramenta encontra-se dividida em seis secções distintas, sendo elas: “Brincadeira e Lazer”; “Participação e cidadania”; “Segurança e proteção”; “Saúde”; “Educação”; “Conciliação entre vida familiar e trabalho”; e tem como possibilidades de resposta: “Completamente verdade”; “Nem sempre”; “Não é verdade Ou Não acontece”; “Não sei”. Cada uma das secções termina com uma pergunta aberta designada de “Comentários”.

Deste modo, a primeira secção “Brincadeira e lazer” é composta por 11 itens, dos quais se refere aos espaços de lazer existentes no concelho e à forma como os pais utilizam esses espaços em conjunto com as suas crianças, dinamizando brincadeiras e passeios.

Na secção seguinte, “Participação e cidadania”, constituída por 11 itens, é abordada a forma como os pais envolvem as crianças nas decisões familiares, nomeadamente, o modo como estas se podem inserir na comunidade e a possibilidade de escolherem e optarem por diferentes opções/escolhas.

A secção “Segurança e proteção” tem 11 itens e diz respeito à forma como os pais reagem perante situações de medo das crianças e a forma como realizam o acompanhamento e supervisão das mesmas. Na seguinte secção, respeitante à “Saúde”, com 15 itens, são abordados temas de saúde pré-natal, pós-parto e infantil e pretende perceber-se de que forma tem sido realizado o acompanhamento das crianças a este nível.

A secção da “Educação”, novamente colocada em destaque com um total de 20 itens, trata de questões ligadas ao contexto escolar, nomeadamente, às atividades realizadas, à matéria lecionada e aprendida, ao relacionamento que os pais detêm com os professores e também à relação que consideram que as crianças têm com estes, pretendendo abordar a importância que é atribuída pelas famílias à escola e educação.

Por fim e com menor número de itens (6 itens), a secção correspondente à “Conciliação entre vida familiar e trabalho” retrata a vida pessoal e a forma como esta é dedicada às crianças e o tempo de que as famílias dispõem para as acompanhar.

Embora este questionário seja preenchido por adultos com família, as perguntas incidem sobre as dinâmicas relacionais estabelecidas entre os adultos e os seus filhos.

3.3. Procedimento

No que respeita ao procedimento, os inquéritos relativos à opinião das famílias, foi preenchido em formato online, sendo que o link de acesso aos mesmos foi enviado via plataforma *Microsoft Teams*.

O consentimento informado por escrito de todos os respondentes foi obtido no início do questionário, antes destes iniciarem as respostas. Foi ainda garantida a confidencialidade dos dados obtidos.

Assim, a investigação seguiu e cumpriu as orientações presentes no Código de Ética do Instituto Politécnico de Portalegre (2021).

4. Apresentação de Resultados

Face ao número de alunos que frequentam os níveis de escolaridade no concelho do Crato referidos anteriormente, no capítulo referente à Caraterização da População Escolar do Crato (243 alunos), importa referir que, na totalidade, existiu uma taxa de retorno ao nível das respostas de 48%, o equivalente a 117 alunos que responderam aos questionários.

No que respeita aos dados relativos às famílias, constata-se que existiu uma participação de 59 adultos.

4.1. Estudo 1 – Resultados relativos às opiniões das Crianças

As opiniões das crianças relativamente às questões fechadas do questionário encontram-se nas tabelas 3, 4, 5, 6, 7 e 8. Cada uma destas tabelas diz respeito a cada uma das secções do questionário. O valor correspondente à coluna “Total” diz respeito às respostas cuja opção foi considerada válida e efetivamente respondida com uma das opções disponíveis.

Tabela n.º 3

Opiniões das crianças (n=66) relativamente às possibilidades de “Brincadeira e lazer” no seu concelho

Brincadeira e lazer	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade Ou Não acontece	Não sei	Total
1. Na minha terra/na minha freguesia ou bairro existem sítios para brincar (como parques infantis), fazer jogos ou praticar desporto.	52 (78,8%)	7 (10,6%)	2 (3%)	5 (7,6%)	66 (100%)
2. Quando eu vou ao parque infantil, as pessoas adultas da minha família, que me acompanham, brincam comigo.	28 (42,4%)	30 (45,5%)	6 (9,1%)	2 (3%)	66 (100%)
3. Quando regresso da escola, e no fim-de-semana, tenho tempo para brincar, descansar e aproveitar o meu tempo livre.	47 (71,2%)	17 (25,8%)	0 (0%)	2 (3%)	66 (100%)
4. Depois da escola, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim brinca(m) ou faz(em) jogos comigo.	32 (48,5%)	24 (36,4%)	8 (12,1%)	2 (3%)	66 (100%)
5. No fim de semana, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim brincam ou fazem jogos comigo.	37 (56,1%)	24 (36,4%)	2 (3%)	3 (4,5%)	66 (100%)
6. No fim-de-semana, vou com a minha família passear, ao museu, comer fora ou outros sítios.	24 (36,4%)	37 (56,1%)	3 (4,5%)	2 (3%)	66 (100%)
7. Eu costumo brincar na praia, no campo ou no rio.	35 (53%)	24 (36,4%)	4 (6,1%)	3 (4,5%)	66 (100%)

Nota: Elaboração própria

A leitura da tabela 3 permite-nos concluir que a quase totalidade das crianças (78,8%) considera que no seu concelho existem estruturas próprias para brincar ou fazer desporto (como parques, campos de jogos, etc.), bem como, considera ter tempo para brincar, descansar e aproveitar o seu tempo livre (71,2%). No Crato existem infraestruturas para a infância (jardim, parque infantil e infraestruturas desportivas), o que faz com que uma elevada percentagem de crianças afirme a existência de espaços para brincar. Contudo, cerca de metade das crianças (45,5%) considera que nem sempre as pessoas que são responsáveis por elas brincam quando vão ao parque infantil. A outra quase metade (42,4%) assinalou a alternativa “completamente verdade” neste tipo de itens. Da mesma forma, cerca de metade das crianças (48,5%) considera que as pessoas responsáveis por elas brincam ou fazem jogos depois da escola, enquanto a maioria (56,1%) considera que as pessoas responsáveis o fazem no fim-de-semana. Apenas um terço das crianças (36,4%) referiu as saídas com os pais ao fim-de-semana para passear, verificando-se que a maioria (56,1%) nem sempre vai com a família passear no fim-de-semana. Metade das crianças (53%) costuma brincar na praia, no campo ou no rio, sendo que um terço (36,4%) nem sempre o faz.

Tabela n.º 4

Opiniões das crianças (n=66) relativamente às possibilidades de “A minha participação e cidadania” no seu concelho

A minha participação e cidadania	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade Ou Não acontece	Não sei	Total
1. O/a meu/minha professor/a costuma perguntar se eu gosto das aulas e da escola.	26 (39,4%)	29 (43,9%)	7 (10,6%)	4 (6,1%)	66 (100%)
2. O/a meu/minha professor/a já me perguntou o que poderíamos fazer para melhorar o recreio.	41 (62,1%)	16 (24,2%)	4 (6,1%)	5 (7,6%)	66 (100%)
3. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que quero fazer no fim de semana.	41 (62,1%)	15 (22,7%)	6 (9,1%)	4 (6,1%)	66 (100%)

4. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.	38 (57,6%)	18 (27,3%)	7 (10,6%)	3 (4,5%)	66 (100%)
5. Eu costumo ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas.	39 (59,1%)	22 (33,3%)	2 (3%)	3 (4,5%)	66 (100%)
6. Eu divirto-me a ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas.	48 (72,7%)	11 (16,7%)	4 (6,1%)	3 (4,5%)	66 (100%)
7. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças pela minha família, na escola ou na televisão.	56 (84,8%)	4 (6,1%)	1 (1,5%)	5 (7,6%)	66 (100%)

Nota: Elaboração própria

A leitura da tabela n.º 4, “Opiniões das crianças relativamente às possibilidades de “A minha participação e cidadania” no seu concelho”, permite-nos concluir que a uma pequena percentagem (10,6%) de crianças não é questionada pelo/a professor/a se gosta das aulas e da escola. Por sua vez, 39,4% das crianças dizem ser questionados sobre o tema, e quase metade (43,9%), admite que nem sempre é colocada a questão.

Relativamente às outras questões apresentadas, a maior percentagem (mais de metade) recai sobre ser verdade que, tanto os professores/as, como os responsáveis e família, interagem e pedem opinião às crianças sobre os seus gostos e vontades, verificando-se que, a maioria das crianças (62,1%) considera que o/a professor/a já perguntou o que poderia ser feito para melhorar o recreio e, também, que as pessoas responsáveis por elas costumam perguntar o que elas querem fazer no fim-de-semana. Do mesmo modo, a maioria das crianças (57,6%) admite que lhes é perguntado onde querem ir passear ou ir de férias pelas pessoas responsáveis por elas, contudo um quarto das crianças (27,3%) é da opinião que isto nem sempre acontece. No que respeita à dinâmica familiar na cozinha ou em outras tarefas, a maioria das crianças (59,1%) costuma ajudar a família a cozinhar ou a fazer outras tarefas e 72,7% divertem-se ao fazê-lo, porém um terço (27,3%) admite que nem sempre costuma ajudar.

De salientar que a maioria das crianças (84,8%) já ouviu falar sobre os direitos das crianças através da família, da escola ou na televisão, no entanto, é de salientar que 7,6% das crianças admite que não sabe se já ouviu falar sobre os direitos das crianças.

Tabela n.º 5

Opiniões das crianças (n=66) relativamente às possibilidades de “A minha segurança e proteção” no seu concelho

A minha segurança e proteção	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade Ou Não acontece	Não sei	Total
1. Eu uso o autocarro ou outros transportes públicos para ir para a escola.	29 (43,9%)	6 (9,1%)	30 (45,5%)	1 (1,5%)	66 (100%)
2. Eu costumo ir para a escola a pé ou de bicicleta.	25 (37,9%)	11 (16,7%)	27 (40,9%)	3 (4,5%)	66 (100%)
3. Eu não tenho medo de ir para a escola a pé ou de bicicleta.	43 (65,2%)	7 (10,6%)	7 (10,6%)	9 (13,6%)	66 (100%)
4. Na escola, eu nunca tenho medo que outras crianças me possam fazer mal.	34 (51,5%)	25 (37,9%)	4 (6,1%)	3 (4,5%)	66 (100%)
5. Quando eu tenho medo de alguma coisa costumo falar com a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim.	45 (68,2%)	17 (25,8%)	2 (3%)	2 (3%)	66 (100%)

Nota: Elaboração própria

A leitura da tabela n.º 5 permite-nos concluir que cerca de metade das crianças (45,5%) não faz uso do autocarro ou outro transporte público para ir para a escola, sendo que quase metade das crianças (43,9%), responderam fazer uso de autocarro ou outros transportes públicos no deslocamento para a escola.

Quanto ao ir para a escola a pé ou de bicicleta, cerca de metade (40,9%) responde que não é verdade ou não acontece, sendo que para um terço das crianças (37,9%) é completamente verdade que costumam ir para a escola a pé ou de bicicleta. É de realçar que, a maioria (65,2%) respondeu não ter medo de ir a pé ou de bicicleta para a escola, mas uma pequena minoria (10,6%) admite ter medo de se deslocar dessa forma para a escola.

Relativamente ao medo de que outras crianças lhes possam fazer mal, metade (51,5%) considera nunca ter medo, mas um terço (37,9%) admite por vezes ter medo que as outras crianças lhe façam mal. A maioria das crianças (68,2%) admite falar com as pessoas responsáveis quando têm medo de alguma coisa, não obstante um quarto (25,8%) nem sempre o faz.

Tabela n.º 6

Opiniões das crianças (n=66) relativamente às possibilidades de “A minha saúde” no seu concelho

A minha saúde	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade Ou Não acontece	Não sei	Total
1. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim falam comigo sobre o que é ser saudável.	52 (78,8%)	12 (18,2%)	0 (0%)	2 (3%)	66 (100%)
2. Eu e a minha família jantamos sempre juntos.	51 (77,3%)	12 (18,2%)	2 (3%)	1 (1,5%)	66 (100%)
3. Quando comemos à mesa, em família, falamos muito.	49 (74,2%)	15 (22,7%)	0 (0%)	2 (3%)	66 (100%)
4. Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim, leva(m)-me médico/a.	56 (84,8%)	9 (13,6%)	0 (0%)	1 (1,5%)	66 (100%)
5. O médico/a ou enfermeiro/a costuma falar diretamente comigo.	40 (60,6%)	17 (25,8%)	2 (3%)	7 (10,6%)	66 (100%)
6. Quando o/a médico/a decide o tratamento para a minha doença, explica-me o que devo fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos.	52 (78,8%)	8 (12,1%)	2 (3%)	4 (6,1%)	66 (100%)

7. Eu percebo sempre tudo o que o/a médico/a me explica.	36 (54,5%)	24 (36,4%)	3 (4,5%)	3 (4,5%)	66 (100%)
--	---------------	---------------	-------------	-------------	--------------

Nota: Elaboração própria

A leitura da tabela n.º 6 relativa ao tema “A minha saúde”, permite-nos concluir que o diálogo acerca de temas sobre o que é ser saudável, o acompanhamento/ convívio da família durante as refeições, a ida ao médico e respetivo esclarecimento sobre as doenças correspondem a situações completamente verdade, tendo percentagens superiores a 70%, cuja percentagem mais elevada é de 84,8% e corresponde à questão de que quando estão doentes são os responsáveis pelas crianças que os acompanham.

Uma percentagem de 60,6% de crianças consideram que o/a médico/a ou enfermeiro/a costuma falar diretamente com elas e um quarto (25,8%) admite que nem sempre isto acontece. Da mesma forma, um terço (36,4%) das crianças nem sempre percebe tudo o que o/a médico/a explica e 54,5% percebe sempre.

Tabela n.º 7

Opiniões das crianças (n=66) relativamente às possibilidades de “A minha educação” no seu concelho

A minha educação	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade Ou Não acontece	Não sei	Total
1. Eu gosto da escola.	40 (60,6%)	22 (33,3%)	2 (3%)	2 (3%)	66 (100%)
2. Eu gosto de aprender coisas novas.	55 (83,3%)	6 (9,1%)	2 (3%)	3 (4,5%)	66 (100%)
3. A minha/meu encarregado/a de educação participa muito nas atividades da escola.	42 (63,6%)	18 (27,3%)	1 (1,5%)	5 (7,6%)	66 (100%)
4. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim ajudam-me nos trabalhos de casa.	52 (78,8%)	12 (18,2%)	1 (1,5%)	1 (1,5%)	66 (100%)

5. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que aprendi na escola.	46 (69,7%)	14 (21,2%)	3 (4,5%)	3 (4,5%)	66 (100%)
6. A minha família consegue pagar o material escolar que eu preciso.	59 (89,4%)	6 (9,1%)	0 (0%)	1 (1,5%)	66 (100%)
7. Eu percebo sempre quando as minhas professoras e os meus professores explicam as coisas.	30 (45,5%)	34 (51,5%)	0 (0%)	2 (3%)	66 (100%)
8. Os meus professores e as minhas professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda.	52 (78,8%)	8 (12,1%)	3 (4,5%)	3 (4,5%)	66 (100%)
9. Na minha escola, temos atividades para aprendermos sobre como sermos saudáveis.	57 (86,4%)	6 (9,1%)	0 (0%)	3 (4,5%)	66 (100%)
10. Na minha escola, eu aprendo como se deve proteger o meio ambiente.	57 (86,4%)	4 (6,1%)	3 (4,5%)	2 (3%)	66 (100%)
11. Na minha escola, aprendi o que são os direitos das crianças.	60 (90,9%)	4 (6,1%)	0 (0%)	2 (3%)	66 (100%)
12. Na minha escola, há tempo suficiente de recreio, para eu brincar ou fazer jogos com os meus amigos e amigas.	43 (65,2%)	16 (24,2%)	4 (6,1%)	3 (4,5%)	66 (100%)
13. As casas de banho na minha escola estão sempre limpas.	21 (31,8%)	35 (53%)	8 (12,1%)	2 (3%)	66 (100%)
14. Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal.	54 (81,1%)	10 (15,2%)	0 (0%)	2 (3%)	66 (100%)
15. As professoras e os professores tratam todas as crianças da mesma maneira.	43 (65,2%)	17 (25,8%)	4 (6,1%)	2 (3%)	66 (100%)
16. Na minha terra/freguesia/bairro, há uma biblioteca que eu costumo utilizar.	29 (43,9%)	17 (25,8%)	14 (21,2%)	6 (9,1%)	66 (100%)

17. Os/as professores/as nunca batem nos/as alunos/as.	36 (54,5%)	17 (25,8%)	10 (15,2%)	3 (4,5%)	66 (100%)
18. Os/as professores/as nunca gritam com os/as alunos/as.	17 (25,8%)	30 (45,5%)	14 (21,2%)	5 (7,6%)	66 (100%)

Nota: Elaboração própria

A leitura da tabela n.º 7 permite-nos concluir que mais de metade das crianças respondeu positivamente sobre o tema “A minha educação”. A maioria (60,6%) admite ser completamente verdade que gosta da escola, mas um terço (33,3%) considera que nem sempre gosta. De forma semelhante, 83,3% das crianças considera que gosta de aprender coisas novas e a maioria (63,6%) é da opinião que o/a encarregado/a de educação participa muito nas atividades da escola, porém um quarto (27,3%) admite que nem sempre participam e 18,2% considera que nem sempre ajudam nos trabalhos de casa.

A maioria das crianças (51,5%) nem sempre percebe quando os/as professores/as explicam as coisas e quase metade (45,5%) percebe sempre. Mais de metade das crianças (78,8%) admite que os/as professores/as já ajudaram numa situação em que precisaram de ajuda. No que respeita às dimensões existentes na escola, 86,4% considera que na escola há atividades para aprender a ser saudável e com igual percentagem consideram que aprendem como se deve proteger o meio ambiente. Apesar de uma pequena percentagem (6,1%) admitir que nem sempre aprende na escola o que são direitos das crianças, 90,9% respondeu completamente verdade neste item. Um quarto das crianças (24,2%) são da opinião que na escola, nem sempre há tempo suficiente de recreio, no entanto a maioria (65,2%) considera que há tempo suficiente de recreio para brincar ou fazer jogos com amigos/as. Apenas um terço (31,8%) considera que as casas de banho da escola estão sempre limpas, e metade (53%) considera que nem sempre estão limpas.

No que concerne às questões relativas ao relacionamento existente com os professores, 81,1% das crianças consideram existir pessoas adultas com quem podem falar se tiverem problemas ou se se sentirem mal e a maioria (65,2%) das crianças são da opinião que os professores/as tratam todas as crianças da mesma maneira. No entanto, um quarto (25,8%) admite que nem sempre todas as crianças são tratadas da mesma maneira pelos/as professores/as. Apenas um quarto das crianças (25,8%) considera que os/as professores/as nunca gritam com elas, pelo que cerca de metade (45,5%) admite que os/as professores/as gritam frequentemente com elas. Embora a maioria (54,5%) considere que

os/as professores/as nunca lhes batem, importa referir que cerca de um quarto (25,8%) considera que por vezes os/as professores/as lhes batem.

Tabela n.º 8

Opiniões das crianças (n=66) relativamente às possibilidades de “A minha vida pessoal” no seu concelho

A minha vida pessoal	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade Ou Não acontece	Não sei	Total
1. A minha casa está sempre limpa.	53 (80,3%)	12 (18,2%)	0 (0%)	1 (1,5%)	66 (100%)
2. Na minha casa há água quente para eu tomar banho.	62 (93,9%)	1 (1,5%)	0 (0%)	3 (4,5%)	66 (100%)
3. Eu gosto muito da minha casa.	61 (92,4%)	3 (4,5%)	1 (1,5%)	1 (1,5%)	66 (100%)
4. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim não me batem.	39 (59,1%)	15 (22,7%)	8 (12,1%)	4 (6,1%)	66 (100%)
5. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim nunca gritam comigo.	28 (42,4%)	27 (40,9%)	9 (13,6%)	2 (3%)	66 (100%)
6. Em minha casa há livros e brinquedos.	60 (90,9%)	3 (4,5%)	1 (1,5%)	2 (3%)	66 (100%)
7. Nunca aconteceu outras crianças bateram-me fora da escola.	35 (53%)	15 (22,7%)	12 (18,2%)	4 (6,1%)	66 (100%)

Nota: Elaboração própria

A leitura da tabela n.º 8, “A minha vida pessoal” no concelho de residência, permite-nos verificar que relativamente à limpeza das suas casas, às condições de higiene pessoal (água quente para banhos), o gosto pela casa e existência de livros e brinquedos apresentam uma percentagem elevada: 80,3%, 93,9%, 92,4% e 90,9%, respetivamente.

No que respeita às questões sobre os responsáveis gritarem e baterem e outras crianças baterem fora da escola as percentagens são menores. Mais especificamente, 18,2% das crianças admitiu que outras crianças lhes bateram fora da escola e cerca de um quarto (22,7%) considera que essa situação acontece por vezes. Por outro lado, quase metade (40,9%) admite que as pessoas responsáveis por vezes gritam com elas e quase um quarto (22,7%) considera que, por vezes, batem. Em contrapartida, cerca de metade (42,4%) e a maioria (59,1%) consideram, respetivamente, que as pessoas responsáveis nunca gritam e nunca batem nelas.

4.2. Estudo 2 – Resultados relativos às opiniões dos Jovens

No que concerne aos resultados relativos às opiniões dos jovens, foram obtidas 25 respostas de jovens com 13 anos de idade (49%). As restantes 26 respostas obtidas referiam-se a adolescentes com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos de idade (50,8%).

Tabela n.º 9

Opiniões dos jovens (n=51) relativamente às possibilidades de “Brincadeira e lazer” no seu concelho

Brincadeira e lazer	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade Ou Não acontece	Não sei	Total
1. Na minha terra/freguesia/bairro existem sítios públicos para estar com amigos e amigas da minha idade ou fazer jogos e desporto (por ex. parque para skates, biblioteca com atividades para adolescentes ou outros sítios).	24 (47,1%)	20 (39,2%)	6 (11,8%)	1 (2%)	51 (100%)
2. Eu frequento um clube de desporto.	21 (41,2%)	0 (0%)	30 (58,8%)	0 (0%)	51 (100%)

3. A minha família consegue pagar a mensalidade do clube de desporto.	23 (45,1%)	1 (2%)	23 (45,1%)	4 (7,8%)	51 (100%)
4. Eu tenho tempo suficiente para descansar e aproveitar o meu tempo livre.	23 (45,1%)	26 (51%)	2 (3,9%)	0 (0%)	51 (100%)
5. Onde eu moro, as crianças com deficiência usam os mesmos espaços que as outras crianças (por ex. Os parques infantis, clubes de desporto, etc.).	29 (56,9%)	6 (11,8%)	4 (7,8%)	12 (23,5%)	51 (100%)
6. Há sítios na minha terra/freguesia/bairro onde eu posso estar em contato com a natureza.	47 (92,2%)	3 (5,9%)	1 (2%)	0 (0%)	51 (100%)
7. Eu participo em programas ou atividades fora da escola.	23 (45,1%)	17 (33,3%)	9 (17,6%)	2 (3,9%)	51 (100%)
8. Eu costumo passar tempo com a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim, durante os fins de semana.	41 (80,4%)	8 (15,7%)	2 (3,9%)	0 (0%)	51 (100%)
9. Eu gosto de passar tempo com a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim: ir ao cinema, ao teatro, ou fazer outras coisas	44 (86,3%)	6 (11,8%)	1 (2%)	0 (0%)	51 (100%)
10. A(s) pessoa(s) que é /são responsável(eis) por mim costuma(m) ir ver-me praticar desporto ou acompanhar-me noutras atividades que eu faço.	27 (52,9%)	13 (25,5%)	10 (19,6%)	1 (2%)	51 (100%)

Nota: Elaboração própria

A leitura da tabela n.º 9, relativamente a “Brincadeira e lazer”, permite-nos concluir que quase metade dos jovens (47,1%) afirmam que existem locais públicos onde é possível conviver e praticar desporto, e, também cerca de metade (45,1%) afirma participar em programas/atividades fora da escola. Verifica-se, de igual modo, que cerca de metade (41,2%) frequenta um clube desportivo, mas a maioria (58,8%) não frequenta, o que poderá estar diretamente relacionado com o facto de a família não conseguir pagar

a mensalidade do clube de desporto, pois cerca de metade dos jovens (45,1%) admite que a família não o consegue fazer.

Metade dos jovens (51%) considera que nem sempre tem tempo para descansar e aproveitar o seu tempo livre, sendo que uma grande percentagem (92,2%) admite a existência de locais onde podem estar em contacto com a natureza, e consideram (80,4%) que costumam passar tempo com as pessoas responsáveis por eles durante os fins-de-semana. Na opinião de um quarto dos jovens (25,5%), as pessoas responsáveis nem sempre vão vê-los praticar desporto ou acompanhar em outras atividades. Metade dos jovens (52,9%) considera que as pessoas responsáveis costumam ir vê-los e acompanhá-los, sendo que 86,3% dos jovens gosta de passar tempo com essas mesmas pessoas.

Tabela n.º 10

Opiniões dos jovens (n=51) relativamente às possibilidades de “A minha participação e cidadania” no seu concelho

A minha participação e cidadania	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade Ou Não acontece	Não sei	Total
1. Eu já participei em grupos para discutir sobre o que há de bom na escola ou sobre as coisas que podem ser melhoradas.	23 (45,1%)	13 (25,5%)	12 (23,5%)	3 (5,9%)	51 (100%)
2. Os professores e professoras costumam perguntar-nos, por exemplo, no final de cada semana, o que correu bem dentro das aulas e o que gostaríamos de fazer de maneira diferente.	11 (21,6%)	27 (52,9%)	11 (21,6%)	2 (3,9%)	51 (100%)
3. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costuma(m) perguntar-me o que quero fazer no fim-de-semana.	21 (41,2%)	25 (49%)	4 (7,8%)	1 (2%)	51 (100%)
4. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costumam perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.	33 (64,7%)	12 (23,5%)	5 (9,8%)	1 (2%)	51 (100%)

5. Eu sinto que posso falar com a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim sobre quase tudo.	35 (68,6%)	10 (19,6%)	4 (7,8%)	2 (3,9%)	51 (100%)
6. Eu sinto que a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) me ouvem e têm em consideração as minhas opiniões.	35 (68,6%)	11 (21,6%)	3 (5,9%)	2 (3,9%)	51 (100%)
7. Eu participo em projetos na minha comunidade.	16 (31,4%)	23 (45,1%)	9 (17,6%)	3 (5,9%)	51 (100%)
8. Eu faço parte do Conselho de Jovens no meu município.	9 (17,6%)	2 (3,9%)	28 (54,9%)	12 (23,5%)	51 (100%)
9. A maior parte dos/as jovens que faz parte do Conselho tem boas notas na escola.	3 (5,9%)	7 (13,7%)	0 (0%)	1 (2%)	11 (21,6%)
10. O Conselho de Jovens também representa crianças com problemas ou dificuldades especiais.	8 (15,7%)	1 (2%)	1 (2%)	1 (2%)	11 (21,6%)
11. Eu já dei a minha opinião em projetos ou atividades na Câmara Municipal.	5 (9,8%)	8 (15,7%)	29 (56,9%)	9 (17,6%)	51 (100%)
12. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças e jovens na escola, televisão ou internet.	45 (88,2%)	5 (9,8%)	0 (0%)	1 (2%)	51 (100%)
13. Eu tenho acesso à internet e sinto-me ligado(a) ao que acontece fora da minha vizinhança.	40 (78,4%)	8 (15,7%)	3 (5,9%)	0 (0%)	51 (100%)

Nota: Elaboração própria

Nos itens número 9 e 10, 40 jovens (78,4%) não responderam.

A leitura da tabela n.º 10 permite-nos concluir que existe uma baixa percentagem (31,4%) de participação de jovens em projetos da comunidade ou atividades do município, assim como, se verifica que não existe participação significativa no Conselho de Jovens (17,6%). Por outro lado, dentro da comunidade escolar, cerca de metade dos jovens (45,1%) já participou em grupos para discutir o que há de bom na escola e sobre as coisas que podem ser melhoradas, e apenas 21,6% considera que há preocupação por

parte dos/as professores/as em perguntar o que corre bem nas aulas e o que gostariam de fazer de maneira diferente. Pelo contrário, no seio das famílias/pessoas responsáveis há uma maior consideração da opinião dos jovens (68,6%), uma vez que, cerca de metade (41,2%) são da opinião que costumam perguntar-lhes o que querem fazer no fim-de-semana e 64,7% admite que lhes é perguntado onde querem ir passear ou passar férias. Do mesmo modo, 68,6% sente que pode falar com elas sobre quase tudo.

Uma grande percentagem de jovens (88,2%) já ouviu falar sobre os direitos das crianças e jovens e têm acesso à internet (78,4%) o que lhes permite adquirir conhecimentos sobre o que acontece fora da sua comunidade, no entanto 15,7% nem sempre tem acesso à internet.

Tabela n.º 11

Opiniões dos jovens (n=51) relativamente às possibilidades de “A minha segurança e proteção” no seu concelho

A minha segurança e proteção	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade Ou Não acontece	Não sei	Total
1. Eu sinto-me seguro/a quando uso o autocarro ou outros transportes públicos.	33 (64,7%)	13 (25,5%)	2 (3,9%)	3 (5,9%)	51 (100%)
2. É seguro eu caminhar ou andar de bicicleta na rua.	40 (78,4%)	11 (21,6%)	0 (0%)	0 (0%)	51 (100%)
3. Na escola, eu nunca tenho medo que outras crianças/jovens me possam fazer mal.	31 (60,8%)	10 (19,6%)	9 (17,6%)	1 (2%)	51 (100%)
4. Na minha escola há muitas lutas entre crianças/jovens.	10 (19,6%)	19 (37,3%)	17 (33,3%)	5 (9,8%)	51 (100%)
5. Quando eu me sinto em perigo, eu sei a quem me dirigir para pedir ajuda.	34 (66,7%)	15 (29,4%)	0 (0%)	2 (3,9%)	51 (100%)

6. A minha mãe ou o meu pai já falaram comigo sobre como utilizar a internet.	37 (72,5%)	7 (13,7%)	5 (9,8%)	2 (3,9%)	51 (100%)
7. Eu sei que há riscos em utilizar a internet.	45 (88,2%)	2 (3,9%)	0 (0%)	4 (7,8%)	51 (100%)

Nota: Elaboração própria

A tabela n.º 11 sobre o tema “A minha segurança e proteção”, permite-nos concluir que uma grande percentagem de jovens (64,7%) sente-se seguro em transportes públicos, em ambiente escolar (60,8%) e na rua (caminhar/bicicleta) (78,4%). Não obstante, um quarto dos jovens (25,5%) admite nem sempre se sentir seguro no uso de autocarro ou outros transportes públicos e 19,6% por vezes sente medo que outras crianças/jovens lhes possam fazer mal. Face a este resultado, um terço dos jovens (33,3%) considera que na sua escola não há muitas lutas entre crianças/jovens, apesar de 19,6% considerar que estas lutas existem. Quando se sentem em perigo, 66,7% dos jovens sabem a quem se dirigir para pedir ajuda, porém mais de um quarto (29,4%) admite que nem sempre sabe a quem se dirigir.

Verifica-se uma percentagem elevada de jovens (88,2%) que tem conhecimento dos riscos que advêm da utilização da internet e que a mãe ou pai falam com eles sobre como utilizar a internet (72,5%).

Tabela n.º 12

Opiniões dos jovens (n=51) relativamente às possibilidades de “A minha saúde” no seu concelho

A minha saúde	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade Ou Não acontece	Não sei	Total
1. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim sempre falaram comigo sobre o que tenho de fazer para ser saudável.	42 (82,4%)	7 (13,7%)	2 (3,9%)	0 (0%)	51 (100%)
2. Em minha casa temos uma alimentação saudável.	30 (58,8%)	19 (37,3%)	0 (0%)	2 (3,9%)	51 (100%)

3. Eu consigo controlar o que como, por exemplo, a quantidade de doces ou outros alimentos que não são saudáveis.	34 (66,7%)	14 (27,5%)	1 (2%)	2 (3,9%)	51 (100%)
4. Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim levam-me ao médico/a.	44 (86,3%)	7 (13,7%)	0 (0%)	0 (0%)	51 (100%)
5. O médico/a, ou enfermeiro/a, costuma falar diretamente comigo.	29 (56,9%)	17 (33,3%)	4 (7,8%)	1 (2%)	51 (100%)
6. No meu centro de saúde existe um atendimento especializado para adolescentes.	5 (9,8%)	12 (23,5%)	13 (25,5%)	21 (41,2%)	51 (100%)
7. Eu já fui ao médico/a sozinho.	4 (7,8%)	2 (3,9%)	44 (86,3%)	1 (2%)	51 (100%)
8. Eu tenho uma doença crónica ou outra condição para a qual preciso de tratamento constante.	2 (3,9%)	1 (2%)	45 (88,2%)	3 (5,9%)	51 (100%)

Nota: Elaboração própria

A leitura da tabela n.º 12 permite-nos concluir que 82,4% dos jovens considera que há preocupação por parte das pessoas responsáveis em falar sobre o que têm de fazer para serem saudáveis, mas mais de um terço (37,3%) admite nem sempre ter uma alimentação saudável em casa. Uma grande percentagem de jovens (66,7%) conseguem controlar o consumo de doces ou outros alimentos menos saudáveis, apesar de mais de um quarto (27,5%) considerar que nem sempre consegue fazê-lo. Sempre que necessário, dizem ter acompanhamento por parte dos responsáveis em idas ao médico (86,3%), sendo de salientar que, de acordo com um quarto dos jovens (25,5%), no centro de saúde não existe atendimento especializado para adolescentes.

Tabela n.º 13

Opiniões dos jovens (n=51) relativamente às possibilidades de “A minha educação” no seu concelho

A minha educação	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade Ou Não acontece	Não sei	Total
1. Eu sempre gostei da escola.	20 (39,2%)	23 (45,1%)	8 (15,7%)	0 (0%)	51 (100%)
2. Eu sinto que na escola posso estudar o que me interessa.	21 (41,2%)	26 (51%)	3 (5,9%)	1 (2%)	51 (100%)
3. A pessoa que é minha encarregada de educação sempre me apoiou na escola.	42 (82,4%)	7 (13,7%)	1 (2%)	1 (2%)	51 (100%)
4. A pessoa que é minha encarregada de educação vai sempre às reuniões na escola.	40 (78,4%)	10 (19,6%)	0 (0%)	1 (2%)	51 (100%)
5. A minha mãe ou o meu pai costumam participar nas atividades que acontecem na escola.	18 (35,3%)	21 (41,2%)	8 (15,7%)	4 (7,8%)	51 (100%)
6. A minha família consegue pagar o material escolar que eu preciso.	48 (94,1%)	3 (5,9%)	0	0	51 (100%)
7. Os meus professores e professoras dão-me atenção suficiente quando eu preciso.	31 (60,8%)	15 (29,4%)	5 (9,8%)	0	51 (100%)
8. Os meus professores e professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda.	38 (74,5%)	7 (13,7%)	4 (7,8%)	2 (3,9%)	51 (100%)
9. Na minha escola, temos aulas sobre promoção de saúde.	19 (37,3%)	14 (27,5%)	9 (17,6%)	9 (17,6%)	51 (100%)

10. Na minha escola, temos aulas sobre educação sexual.	11 (21,6%)	14 (27,5%)	21 (41,2%)	5 (9,8%)	51 (100%)
11. Na minha escola, fomos informados sobre os direitos das crianças.	44 (86,3%)	5 (9,8%)	1 (2%)	1 (2%)	51 (100%)
12. Os professores e professoras costumam envolver-nos em decisões sobre a organização da escola.	23 (45,1%)	19 (37,3%)	3 (5,9%)	6 (11,8%)	51 (100%)
13. Na minha escola, há tempo suficiente de recreio para eu estar com os meus amigos.	18 (35,3%)	23 (45,1%)	10 (19,6%)	0 (0%)	51 (100%)
14. O meu tempo de escola e estudo é adequado.	28 (54,9%)	16 (31,4%)	5 (9,8%)	2 (3,9%)	51 (100%)
15. As casas de banho na minha escola estão sempre limpas.	8 (15,7%)	25 (49%)	17 (33,3%)	1 (2%)	51 (100%)
16. Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal.	41 (80,4%)	8 (15,7%)	2 (3,9%)	0 (0%)	51 (100%)
17. Os professores e professoras tratam todas as crianças/jovens da mesma maneira.	22 (43,1%)	16 (31,4%)	10 (19,6%)	3 (5,9%)	51 (100%)
18. Na minha escola, as crianças/jovens com deficiências são sempre respeitadas.	30 (58,8%)	16 (31,4%)	1 (2%)	4 (7,8%)	51 (100%)
19. Na minha comunidade, há uma biblioteca que eu costumo utilizar.	24 (47,1%)	19 (37,3%)	5 (9,8%)	3 (5,9%)	51 (100%)
20. Os/As professores/as nunca batem nos/as alunos/as.	29 (56,9%)	8 (15,7%)	10 (19,6%)	4 (7,8%)	51 (100%)
21. Os/As professores/as nunca gritam com os/as alunos/as.	8 (15,7%)	31 (60,8%)	11 (21,6%)	1 (2%)	51 (100%)

22. Nas férias ou durante o tempo de escola eu costumo trabalhar.	7 (13,7%)	19 (37,3%)	25 (49%)	0 (0%)	51 (100%)
23. O trabalho que eu faço não interfere com os meus estudos.	17 (65,5%)	7 (26,9%)	1 (3,8%)	1 (3,8%)	26 (100%)
24. O trabalho que eu faço não põe em risco a minha segurança.	17 (65,5%)	4 (15,4%)	3 (11,5%)	2 (7,6%)	26 (100%)

No item número 23, 49% corresponde a não aplicável e no item número 24, 47,1% corresponde a não aplicável.

Nota: Elaboração própria

A leitura da tabela nº 13 permite-nos concluir que cerca de metade dos jovens (45,1%) nem sempre gostou da escola e que nem sempre podem estudar o que lhes interessa (51%). Mais de metade dos jovens (60,8%) admite que os/as professores/as gritam com os alunos/as algumas vezes, e a maioria (56,9%) considera que os/as professores/as nunca batem nos/as alunos/as.

Com percentagens significativas, apresentam-se as questões relativas ao apoio dado pelos/as professores/as, sendo que 60,8% dos jovens considera que os/as professores/as lhes dão atenção suficiente e 74,5% considera que já os ajudaram numa situação em que precisaram de ajuda. Da mesma forma, 80,4% dos jovens admite que há pessoas adultas com quem podem falar se tiverem problemas ou se se sentirem mal e quase metade (43,1%) considera que os/as professores/as tratam todas as crianças/jovens da mesma maneira. No entanto, neste item, quase um terço dos jovens (31,4%) considera que nem sempre todas as crianças/jovens são tratadas da mesma maneira. Cerca de metade dos jovens (45,1%) admite que os/as professores/as costumam envolvê-los em decisões sobre a organização da escola.

No que diz respeito ao apoio prestado pelo encarregado de educação, 82,4% dos jovens consideram que sempre foram apoiados por estes, e 78,4% admite que o seu encarregado de educação vai sempre às reuniões escolares, porém cerca de metade (41,2%) admite que nem sempre a mãe ou o pai participam nas atividades da escola. A quase totalidade (94,1%) dos jovens admitem que a família consegue pagar o material escolar de que precisam.

Relativamente às condições escolares, um terço dos jovens (33,3%) admite que as casas de banho não estão sempre limpas, e no que respeita ao tempo de recreio, cerca de metade dos jovens (45,1%) considera que nem sempre há tempo suficiente para estar com os amigos, no entanto um terço (35,3%) considera que o tempo é suficiente. A maioria dos jovens (54,9%) admite que o tempo de escola e estudo é adequado, sendo que um terço (37,3%) considera não haver aulas sobre promoção da saúde, cerca de metade (41,2%) assinala que não tem aulas sobre educação sexual e apenas 2% considera que não foram informados na escola sobre os direitos das crianças.

No que concerne ao trabalho, metade dos jovens (49%) não costuma trabalhar nas férias ou durante o tempo de escola.

Tabela n.º 14

Opiniões dos jovens (n=51) relativamente às possibilidades de “A minha vida pessoal” no seu concelho

A minha vida pessoal	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade Ou Não acontece	Não sei	Total
1. A minha casa está sempre limpa.	48 (94,1%)	3 (5,9%)	0 (0%)	0 (0%)	51 (100%)
2. Na minha casa há água quente para eu tomar banho.	50 (98%)	1 (2%)	0 (0%)	0 (0%)	51 (100%)
3. Eu sinto-me seguro(a) em casa.	50 (98%)	1 (2%)	0 (0%)	0 (0%)	51 (100%)
4. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim nunca me batem.	41 (80,4%)	8 (15,7%)	2 (3,9%)	0 (0%)	51 (100%)
5. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim nunca gritam comigo.	20 (39,2%)	27 (52,9%)	4 (7,8%)	0 (0%)	51 (100%)
6. Já tive uma situação onde outras/os jovens me bateram fora da escola.	3 (5,9%)	4 (7,8%)	43 (84,3%)	1 (2%)	51 (100%)

7. Nunca me ofereceram drogas na escola ou fora da escola.	26 (51%)	1 (2%)	23 (45,1%)	1 (2%)	51 (100%)
	Sim	Não	Não sei/Prefiro não responder	Total	
8. Eu já tive contato com o sistema de proteção de crianças e jovens em risco.	4 (7,8%)	30 (58,8%)	17 (33,3%)	51 (100%)	

Nota: Elaboração própria

A leitura da tabela n.º 14 permite-nos concluir que, de acordo com os jovens, existem condições de higiene nas suas casas: limpeza (94,1%), água quente (98%) e segurança (98%). A maioria (80,4%) admite que as pessoas responsáveis nunca lhes batem, embora alguns (15,7%) admitam que, por vezes, isso acontece, e cerca de metade (52%) considera que as pessoas responsáveis gritam algumas vezes.

Uma baixa percentagem (5,9%) considerou já ter tido uma situação onde outros/as jovens lhes bateram fora da escola, mas a maioria (84,3%) considera que isso nunca acontece. Quanto à questão “Nunca me ofereceram drogas na escola ou fora da escola”, cerca de metade (51%) afirma nunca ter vivenciado tal situação, mas os restantes admitem que lhes oferecem drogas.

Relativamente ao contacto dos jovens com o sistema de proteção de crianças e jovens em risco, a resposta afirmativa corresponde a 7,8% da amostra que teve contacto com esse sistema, sendo que a maioria (58,8%) respondeu que não teve contacto com o sistema de proteção e um terço (33,3%) não sabe ou prefere não responder.

Tabela n.º 15

Opiniões dos jovens (n=4) relativamente ao sistema de proteção de crianças e jovens em risco

A minha vida pessoal	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade Ou Não acontece	Total
9. (responde a esta pergunta só se respondeste sim à pergunta 8) Eu gostei do acompanhamento dos/as profissionais do sistema de	4 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	4 (100%)

proteção de crianças e jovens em risco.				
10. (responde a esta pergunta só se respondeste sim à pergunta 8) O acompanhamento por parte de profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em risco ajudou-me realmente a melhorar a minha vida.	3 (75%)	1 (25%)	0 (0%)	4 (100%)
11. (responde a esta pergunta só se respondeste sim à pergunta 8) Durante o acompanhamento dos/as profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em risco, eu fui sempre informado/a sobre o que estava a acontecer e pude dar sempre a minha opinião.	2 (50%)	1 (25%)	1 (25%)	4 (100%)

Nota: Elaboração própria

Tal como verificado supra, registou-se uma baixa percentagem de jovens (7,8%) que tiveram contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em risco.

Dos jovens que tiveram contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em risco, todos admitiram gostar do acompanhamento, sendo que 75% afirma que o mesmo melhorou a sua vida. No entanto, um quarto dos jovens (25%) acompanhados pelo sistema de proteção considera que nem sempre foi informado acerca do que estava a acontecer e nem sempre pode dar a sua opinião sobre a medida de proteção, apesar de metade (50%) considerar que foi sempre informado.

4.3. Estudo 3 – Resultados relativos às opiniões das Famílias

As opiniões das famílias relativamente às questões fechadas do questionário encontram-se nas tabelas seguintes. À semelhança do sucedido anteriormente, cada tabela diz respeito a cada uma das secções do questionário. O valor correspondente à coluna “Total” diz respeito às respostas cuja opção foi considerada válida e efetivamente respondida com uma das opções disponíveis.

Tabela n.º 16

Opiniões das famílias (n=59) relativamente às possibilidades de “Brincadeira e lazer” no seu concelho

Brincadeira e lazer	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade Ou Não acontece	Não sei	Total
1. Na minha comunidade/cidade existem sítios para as crianças brincarem (como parques infantis), fazer jogos ou praticar desporto.	48 (81,4%)	10 (16,9%)	0 (0%)	1 (1,7%)	59 (100%)
2. Na minha comunidade/cidade existem sítios para as crianças e jovens de várias idades brincarem, fazerem jogos ou praticar desporto.	34 (57,6%)	22 (37,3%)	3 (5,1%)	0 (0%)	59 (100%)
3. Eu costumo levar as minhas crianças ao parque infantil com frequência ou acompanhá-los em outras atividades (se já são mais velhos).	38 (64,4%)	19 (32,2%)	2 (3,4%)	0 (0%)	59 (100%)
4. Quando vou ao parque infantil ou a outras atividades, tenho oportunidade de falar com outros pais e mães/responsáveis.	36 (61%)	19 (32,2%)	4 (6,8%)	0 (0%)	59 (100%)
5. Quando levo as minhas crianças ao parque infantil, gosto de brincar com eles/as.	40 (67,8%)	17 (28,8%)	1 (1,7%)	1 (1,7%)	59 (100%)

6. Eu levo as minhas crianças ao parque infantil, mas não sei ou não me sinto à vontade para brincar com elas.	5 (8,5%)	11 (18,6%)	42 (71,2%)	1 (1,7%)	59 (100%)
7. Eu sinto que depois da escola, ainda sobra tempo para as minhas crianças brincarem, descansarem e aproveitarem o seu tempo livre.	23 (39%)	30 (50,8%)	6 (10,2%)	0 (0%)	59 (100%)
8. Depois da escola e do meu trabalho, ainda tenho tempo para brincar ou passar tempo com as minhas crianças.	20 (33,9%)	36 (61%)	3 (5,1%)	0 (0%)	59 (100%)
9. No fim-de-semana, organizamos sempre atividades que possamos fazer enquanto família.	25 (42,4%)	34 (57,6%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)
10. Eu costumo levar as minhas crianças a brincar ou passear na natureza durante todo o ano, seja na praia, no campo ou no rio.	29 (49,2%)	30 (50,8%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)
11. Eu deixo as minhas crianças brincarem com areia, paus, lama e outros elementos e não me preocupa se eles/as se sujarem; basta que se divirtam.	45 (76,3%)	14 (23,7%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)

Nota: Elaboração própria

A leitura da tabela n.º 16 permite-nos concluir que uma grande maioria das famílias (81,4%) afirma que, na comunidade, existem sítios para as crianças brincarem, jogarem ou praticarem desporto, considerando que esses sítios se destinam a crianças e jovens de várias idades (57,6%), apesar de um terço das famílias (37,3%) admitir que nem sempre existem sítios para as crianças e jovens de várias idades brincarem, fazerem jogos ou praticar desporto.

A maioria das famílias (64,4%), admite que leva as crianças ao parque infantil ou que as acompanha em outras atividades (caso dos mais velhos), tendo aí oportunidade de falar com os outros pais/responsáveis (61%). No entanto, um terço das famílias (32,2%) nem sempre leva as crianças ao parque infantil com frequência ou acompanha em outras atividades. Quando levam as crianças ao parque, a maioria (67,8%) gosta de brincar com

as mesmas, contudo mais de um quarto (28,8%) responde que nem sempre gosta de brincar com elas, sendo que 8,5% das famílias não sabe brincar com as crianças ou não se sente à vontade. Em contrapartida, 71,2% das famílias que levam as crianças ao parque, consideram saber e sentir-se à vontade para brincar com elas. Apenas metade das famílias (49,2%) leva as crianças a brincar em contextos naturais (campo ou praias), sendo que a restante metade (50,8%) admite que nem sempre o faz. Mais de metade dos familiares (76,3%), afirma que deixa que as crianças brinquem com areia, paus, lama sem preocupação de se sujarem, pois o importante é que se divirtam, contudo cerca de um quarto (23,7%) nem sempre o permite.

No que concerne ao tempo disponível para estar com as crianças, metade das famílias (50,8%) sente que, nem sempre, depois da escola, as crianças têm tempo para brincarem, descansarem e aproveitarem o tempo livre, sendo que quase metade (39%) sente que efetivamente as crianças têm esse tempo. Por outro lado, no respeitante às próprias famílias terem tempo para brincar ou passar tempo com as crianças depois da escola e do trabalho, um terço (33,9%) considera ter esse tempo disponível, mas mais de metade (61%) admite que nem sempre tem. Do mesmo modo, a maioria (57,6%) das famílias admite que nem sempre organizam atividades que possam fazer em família, no fim-de-semana e quase metade (42,4%) considera que organizam esse tipo de atividades.

Tabela n.º 17

Opiniões das famílias (n=59) relativamente às possibilidades de “Participação e cidadania” no seu concelho

Participação e cidadania	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade Ou Não acontece	Não sei	Total
1. Desde que as minhas crianças são pequenas, sempre falei muito com elas.	58 (98,3%)	1 (1,7%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)
2. A partir do momento em que as minhas crianças conseguiram realizar pequenas tarefas, envolvia-as na cozinha, jardinagem ou outras	39 (66,1%)	20 (33,9%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)

tarefas, que fazíamos juntos/as.					
3. Sempre tive prazer em ver as minhas crianças ajudarem na cozinha, no jardim ou a fazer outras tarefas.	48 (81,4%)	10 (16,9%)	1 (1,7%)	0 (0%)	59 (100%)
4. Eu costumo perguntar às minhas crianças o que gostariam de fazer no fim-de-semana.	34 (57,6%)	25 (42,4%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)
5. Eu costumo perguntar às minhas crianças onde gostariam de ir passear ou ir de férias.	42 (71,2%)	17 (28,8%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)
6. Eu gosto de ouvir a opinião das minhas crianças sobre vários assuntos e tenho em consideração o que pensam e sentem.	50 (84,7%)	9 (15,3%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)
7. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças pelos na televisão, no rádio, na internet ou outra fonte.	51 (86,4%)	7 (11,9%)	1 (1,7%)	0 (0%)	59 (100%)
8. No município existe um Conselho Municipal de Jovens.	10 (16,9%)	5 (8,5%)	4 (6,8%)	40 (67,8%)	59 (100%)
9. As minhas crianças participam no Conselho Municipal de Jovens.	5 (8,5%)	8 (13,6%)	33 (55,9%)	13 (22%)	59 (100%)
10. As minhas crianças participam em outras atividades associativas.	15 (25,4%)	26 (44,1%)	18 (30,5%)	0 (0%)	59 (100%)
11. As minhas crianças têm vontade de fazer parte de associações mas não conhecemos nenhuma no sítio onde moramos.	15 (25,4%)	10 (16,9%)	26 (44,1%)	8 (13,6%)	59 (100%)

Nota: Elaboração própria

A leitura da tabela n.º 17 permite-nos concluir que quase todas as famílias (98,3%) sempre falaram muito com as crianças desde que são pequenas. Verifica-se que existiu preocupação (66,1%) e prazer (81,4%) da maioria das famílias em envolver as crianças

em atividades familiares como na cozinha, na jardinagem ou outras tarefas feitas em conjunto.

A maioria das famílias (57,6%) tem o costume de perguntar às crianças o que gostariam de fazer no fim-de-semana e 71,2% questiona onde gostariam de ir passear ou de férias, porém cerca de metade (42,4%) nem sempre pergunta o que gostariam de fazer no fim-de-semana e um quarto (28,8%) nem sempre pergunta onde gostariam de ir passear ou ir de férias. Neste sentido, mais de metade das famílias (84,7%) admite que gosta de ouvir a opinião das crianças sobre vários assuntos e ter em consideração o que estas pensam e sentem.

A maioria das famílias (86,4%) tem conhecimento ou ouviu falar sobre os direitos das crianças através da televisão, rádio, internet ou outra fonte e relativamente à existência de um Conselho Municipal de Jovens no município, a maioria (67,8%) desconhece, pelo que, apenas 8,5% admite que as suas crianças participam neste conselho. Em detrimento desta questão, verifica-se que um quarto das famílias (25,4%) considera que as suas crianças participam em outras atividades associativas e quase um terço (30,5%) admite que não participam, da mesma forma que um quarto (25,4%) admite que as suas crianças têm vontade de fazer parte de associações e cerca de metade (44,1%) considera que as crianças não têm essa vontade.

Tabela n.º 18

Opiniões das famílias (n=59) relativamente às possibilidades de “Segurança e proteção” no seu concelho

Segurança e proteção	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade Ou Não acontece	Não sei	Total
1. Eu sinto que as minhas crianças podem usar em segurança o autocarro ou outros transportes públicos para irem para a escola.	42 (71,2%)	7 (11,9%)	9 (15,3%)	1 (1,7%)	59 (100%)

2. As minhas crianças costumam ir para a escola a pé ou de bicicleta sozinhos ou com os colegas.	23 (39%)	8 (13,6%)	28 (47,5%)	0 (0%)	59 (100%)
3. Eu costumo levar as minhas crianças à escola a pé ou de bicicleta.	32 (54,2%)	17 (28,8%)	10 (16,9%)	0 (0%)	59 (100%)
4. Nunca houve uma situação em que outras crianças batessem as minhas crianças, dentro ou fora da escola.	20 (33,9%)	20 (33,9%)	18 (30,5%)	1 (1,7%)	59 (100%)
5. Eu sinto que as minhas crianças vêm ter comigo quando têm um problema, ou têm medo de alguma coisa.	52 (88,1%)	7 (11,9%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)
6. Quando eu era criança, era normal os pais/mães baterem nos/as filhos/as.	28 (47,5%)	15 (25,4%)	16 (27,1%)	0 (0%)	59 (100%)
7. Eu nunca bati nas minhas crianças.	22 (37,3%)	26 (44,1%)	11 (18,6%)	0 (0%)	59 (100%)
8. Em momentos difíceis, já gritei com as minhas crianças, mas pedi-lhes desculpa e tentei encontrar outras soluções para lhes impor regras.	46 (78%)	9 (15,3%)	4 (6,8%)	0 (0%)	59 (100%)
9. Eu costumo ler sobre questões relacionadas com as crianças.	36 (61%)	21 (35,6%)	2 (3,4%)	0 (0%)	59 (100%)

10. Eu costumo acompanhar o que as minhas crianças veem na internet.	39 (66,1%)	19 (32,2%)	1 (1,7%)	0 (0%)	59 (100%)
11. Eu limito o acesso ou converso com as minhas crianças sobre os riscos que podem encontrar na internet.	54 (91,5%)	4 (6,8%)	1 (1,7%)	0 (0%)	59 (100%)

Nota: Elaboração própria

A leitura da tabela n.º 18, sobre o tema “Segurança e proteção”, permite-nos concluir que a maioria (71,2%) considera ser seguro as crianças usarem o autocarro ou outro transporte público para ir para a escola, no entanto, 15,3% considera que os transportes não são seguros. Um pouco mais de um terço (39%) afirma que as crianças costumam ir para a escola a pé ou de bicicleta sozinhos ou com os colegas, sendo que 54,2% costuma levar as crianças à escola a pé ou de bicicleta. A maioria (88,1%), sente que as crianças recorrem à família quando têm um problema, ou têm medo de alguma coisa e um terço (33,9%) admite que por vezes há situações em que outras crianças batem nas suas crianças, dentro ou fora da escola.

Cerca de metade das famílias (44,1%) admite que já bateu nas suas crianças algumas vezes e que, para 47,5% das famílias, esta situação era normal na altura em que eram crianças. Da mesma forma, a maioria (78%) admite já ter gritado com elas. No entanto, um terço das famílias (37,3%) considera nunca ter batido nas suas crianças.

Relativamente ao acompanhamento efetuado por parte das famílias para com as crianças, a maioria das famílias (61%) costuma ler sobre questões relacionadas com as crianças, mas um terço (35,6%) admite nem sempre ler. No domínio da internet, 66,1% das famílias considera que acompanha o que as crianças vêm na internet, mas quase um terço (32,2%) não o faz, e 91,5% limita o acesso ou conversa com as suas crianças acerca dos riscos da internet.

Tabela n.º 19

Opiniões das famílias (n=59) relativamente às possibilidades de “Saúde” no seu concelho

Saúde	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade Ou Não acontece	Não sei	Total
1. Quando eu (ou a minha mulher estive) estive grávida, participei no curso de preparação para o parto, promovido pelo Centro de Saúde.	11 (18,6%)	4 (6,8%)	44 (74,6%)	0 (0%)	59 (100%)
2. O curso de preparação para o parto foi útil.	14 (23,7%)	2 (3,4%)	29 (49,2%)	14 (23,7%)	59 (100%)
3. Depois de ser mãe (ou a minha mulher), fui chamada para participar no curso pós-parto, promovido pelo Centro de Saúde.	7 (11,9%)	1 (1,7%)	50 (84,7%)	1 (1,7%)	59 (100%)
4. Eu levei as minhas crianças a todas as consultas de saúde infantis previstas.	53 (89,8%)	6 (10,2%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)
5. As minhas crianças têm todas as vacinas contempladas pelo Plano Nacional de Vacinação.	59 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)
6. Eu (ou a minha mulher conseguiu) consegui amamentar os/as filhos/as em exclusivo até aos 6 meses de idade.	19 (32,2%)	13 (22%)	26 (44,1%)	1 (1,7%)	59 (100%)
7. Eu sempre me preocupei com a alimentação das minhas crianças.	57 (96,6%)	2 (3,4%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)
8. Eu tento preparar as refeições das minhas crianças de modo saudável e nutritivo.	36 (61%)	23 (39%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)

9. As minhas crianças só comem doces ou alimentos menos saudáveis em situações excepcionais, como por exemplo festas de aniversário.	9 (15,3%)	42 (71,2%)	8 (13,6%)	0 (0%)	59 (100%)
10. Nós fazemos pelo menos uma refeição por dia em família, sentados à mesa.	53 (89,8%)	6 (10,2%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)
11. Quando comemos à mesa, eu sinto que falamos todos/as.	50 (84,7%)	9 (15,3%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)
12. Quando levo as minhas crianças ao/à médico/a, as/os profissionais de saúde costumam falar comigo mas também diretamente com os meus filhos ou com as minhas filhas.	54 (91,5%)	5 (8,5%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)
13. Quando o/a médico/a decide o tratamento para a doença das minhas crianças, costuma explicar-lhes o que devem fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos.	53 (89,8%)	5 (8,5%)	0 (0%)	1 (1,7%)	59 (100%)
14. Eu percebo sempre tudo o que o médico/a me explica.	49 (83,1%)	10 (16,9%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)
15. O/a médico/a costuma deixar-me à vontade para fazer perguntas ou falar de preocupações que tenho sobre das minhas crianças.	54 (91,5%)	5 (8,5%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)

Nota: Elaboração própria

Na tabela n.º 19, sobre o tema “saúde” no concelho de residência, conclui-se que a maioria das mães (74,6%) não teve ou não participou no curso de preparação para o parto, assim como, não foram chamadas para curso pós-parto (84,7%). Quase um quarto (23,7%) das mães que participaram no curso de preparação para o parto considerou-o útil.

A maioria das crianças destas famílias (89,8%) fizeram todas as consultas de saúde infantil previstas, e todas (100%) têm as vacinas contempladas pelo Plano Nacional de Vacinação. No que respeita à amamentação, em exclusivo, até aos 6 meses de idade,

cerca de metade das famílias (44,1%) respondeu negativamente, sendo que 32,2% respondeu ser verdade.

A maioria dos pais - 96,6% - diz que sempre se preocuparam com a alimentação das crianças e 61% diz tentar manter refeições saudáveis e nutritivas, não obstante quase metade (39%) admite nem sempre o fazer. No que respeita a comer doces ou alimentos considerados menos saudáveis, como por exemplo em festas de aniversário, a maioria (71,2%) respondeu que nem sempre acontece, sendo que 15,3% considera ser verdade que as crianças só comem doces ou alimentos menos saudáveis em situações excecionais.

A maioria das famílias (89,8%) admite fazer, pelo menos, uma refeição por dia em família, sentados à mesa e sentem que todos falam (84,7%). Nas idas ao médico, a maioria (91,5%) diz existir acompanhamento e explicação aos pais e crianças de tudo o que se passa, do que devem fazer para melhorar sempre de forma clara e com possibilidade de diálogo.

Tabela n.º 20

Opiniões das famílias (n=59) relativamente às possibilidades de “Educação” no seu concelho

Educação	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade Ou Não acontece	Não sei	Total
1. Eu coloquei as minhas crianças na creche com poucos meses de idade, pois tinha que trabalhar.	33 (55,9%)	8 (13,6%)	18 (30,5%)	0 (0%)	59 (100%)
2. Eu fiz questão de ficar em casa com as minhas crianças até estes terem 2/3 anos de idade, porque considerei importante para o seu desenvolvimento e educação.	13 (22%)	7 (11,9%)	39 (66,1%)	0 (0%)	59 (100%)
3. Eu gostei de todas as escolas que as minhas crianças frequentaram.	41 (69,5%)	13 (22%)	5 (8,5%)	0 (0%)	59 (100%)

4. Eu sinto que as atividades e dinâmicas da escola vão de encontro às minhas escolhas enquanto pai/mãe/responsável.	29 (49,2%)	28 (47,5%)	2 (3,4%)	0 (0%)	59 (100%)
5. Eu procurei escolas alternativas, por achar que o ensino regular não vai de encontro às minhas escolhas enquanto pai/mãe/responsável.	4 (6,8%)	4 (6,8%)	51 (86,4%)	0 (0%)	59 (100%)
6. Eu sempre apoiei das minhas crianças nos estudos, dentro do que sei e consigo fazer com eles/as.	54 (91,5%)	5 (8,5%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)
7. Eu vou sempre às reuniões nas escola para as quais sou convocado/a.	40 (67,8%)	18 (30,5%)	1 (1,7%)	0 (0%)	59 (100%)
8. Eu participo nas atividades que a escola abre à participação das famílias.	30 (50,8%)	26 (44,1%)	3 (5,1%)	0 (0%)	59 (100%)
9. Eu sinto que as matérias escolares são relevantes.	39 (66,1%)	18 (30,5%)	0 (0%)	2 (3,4%)	59 (100%)
10. Eu sinto que a escola corresponde ao que as minhas crianças gostam de fazer.	28 (47,5%)	30 (50,8%)	1 (1,7%)	0 (0%)	59 (100%)
11. Eu sinto que na escola os/as professores/as apoiam os/as alunos/as individualmente.	30 (50,8%)	24 (40,7%)	2 (3,4%)	3 (5,1%)	59 (100%)
12. Eu costumo perguntar às minhas crianças o que fizeram na escola.	58 (98,3%)	1 (1,7%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)
13. Eu costumo perceber quando alguma coisa não corre bem na escola.	54 (91,5%)	5 (8,5%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (100%)
14. Eu sinto-me apoiado/a enquanto pai/mãe/responsável pelos professores e professoras das minhas crianças.	44 (74,6%)	13 (22%)	1 (1,7%)	1 (1,7%)	59 (100%)

15. Eu consigo pagar todo o material escolar que as minhas crianças precisam.	44 (74,6%)	13 (22%)	2 (3,4%)	0 (0%)	59 (100%)
16. As minhas crianças utilizam a biblioteca municipal para estudar, fazer pesquisas ou outras atividades.	11 (18,6%)	25 (42,4%)	20 (33,9%)	3 (5,1%)	59 (100%)
17. A escola das minhas crianças promove atividades para a proteção o meio ambiente.	46 (78%)	9 (15,3%)	0 (0%)	4 (6,8%)	59 (100%)
18. A escola das minhas crianças promove atividades sobre a promoção da saúde.	48 (81,4%)	10 (16,9%)	0 (0%)	1 (1,7%)	59 (100%)
19. A escola das minhas crianças promove educação sexual.	24 (40,7%)	12 (20,3%)	8 (13,6%)	15 (25,4%)	59 (100%)
20. Eu sinto que os professores e professoras e auxiliares respeitam todas as crianças, sem discriminação.	24 (40,7%)	23 (39%)	7 (11,9%)	5 (8,5%)	59 (100%)

Nota: Elaboração própria

A leitura da tabela n.º 20 sobre “Educação”, permite-nos concluir que a maioria dos pais (55,9%) colocou as crianças na creche, com poucos meses de idade, pelo facto de trabalharem. Quase um quarto (22%) admite ter ficado em casa com as crianças até estas terem 2/3 anos de idade, por considerarem importante para o seu desenvolvimento e educação.

A maioria dos pais (69,1%) diz ter gostado de todas as escolas que as crianças frequentaram, e cerca de metade consideram que as atividades e dinâmicas da escola vão de encontro às escolhas enquanto pai/mãe/responsável (49,2%). No entanto, ainda nesta questão, quase metade da amostra (47,5%) considerou que nem sempre as atividades e dinâmicas da escola são adequadas às suas crianças.

Na questão de procurar escolas alternativas, por achar que o ensino regular não vai de encontro às suas escolhas, a maioria respondeu que não é verdade (86,4%), e também a maioria dos pais/responsáveis (91,5%) diz apoiar as crianças nos estudos, dentro do que sabem e conseguem fazer com as mesmas. Uma percentagem de 67,8% admite participar sempre nas reuniões escolares, mas quase um terço (30,5%) considera

que nem sempre participa, e metade das famílias (50,8%) admitem participar nas atividades escolares quando alargadas à família.

A maioria das famílias (66,1%) considera que as matérias escolares são relevantes, sentem-se apoiados pelos/as professores/as (74,6%), conseguem pagar o material escolar (74,6%) e a escola promove positivamente atividades relacionadas com proteção do meio ambiente (78%) e da saúde (81,4%). Apenas cerca de metade (40,7%) admite que a educação sexual é lecionada na escola.

Quase metade dos pais (40,7%) considera que os/as professores/as e auxiliares respeitam todas as crianças, sem discriminação, um pouco mais de um terço (39%) considera que isso nem sempre acontece e 11,9 % considera que algumas crianças não são respeitadas e são tratadas com discriminação. Do mesmo modo, metade das famílias (50,8%) consideram que sentem que na escola os/as professores/as apoiam os/as alunos/as individualmente, porém cerca de metade (40,7%) considera que nem sempre o sentem.

Tabela n.º 21

Opiniões das famílias (n=59) relativamente às possibilidades de “Conciliação entre vida familiar e trabalho” no seu concelho

Conciliação entre vida familiar e trabalho	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade Ou Não acontece	Não sei	Total
1. Na minha vida do dia-a-dia raramente tenho tempo para fazer tudo o que queria.	27 (45,8%)	29 (49,2%)	3 (5,1%)	0 (0%)	59 (100%)
2. Na minha vida pessoal e familiar durante o fim-de-semana (ou dias de descanso), não tenho tempo para fazer tudo o que gosto.	30 (50,8%)	22 (37,3%)	7 (11,9%)	0 (0%)	59 (100%)
3. Normalmente, sinto-me apressado/a.	24 (40,7%)	29 (49,2%)	6 (10,2%)	0 (0%)	59 (100%)
4. O meu horário de trabalho adapta-se aos meus compromissos familiares enquanto mãe/pai/responsável.	25 (42,4%)	26 (44,1%)	7 (11,9%)	1 (1,7%)	59 (100%)

5. Depois do trabalho sinto-me cansado/a para usufruir da sua vida familiar, com as minhas crianças.	12 (20,3%)	31 (52,5%)	15 (25,4%)	1 (1,7%)	59 (100%)
6. Penso que o trabalho me impede dedicar às minhas crianças o tempo que gostaria.	23 (39%)	20 (33,9%)	14 (23,7%)	2 (3,4%)	59 (100%)

Nota: Elaboração própria

A leitura da tabela n.º 21 permite-nos concluir que cerca de metade das famílias (45,8%) consideram não ter tempo para fazer tudo o que queriam no seu dia-a-dia, sucedendo o mesmo na vida pessoal e familiar durante o fim-de-semana (ou dias de descanso), em que metade das famílias (50,8%) admitem não ter tempo para fazer tudo o que gostariam.

Quase metade das famílias (44,1%) responde que nem sempre o horário de trabalho se adapta aos compromissos familiares, e que, por vezes, o trabalho as impede de dedicar mais tempo às crianças (39%). Face a estes resultados, cerca de metade das famílias (52,5%) sente-se, por vezes, cansado/a depois do trabalho para usufruir da sua vida familiar com as suas crianças e quase metade (40,7%) sente-se, normalmente, apressado/a, e a outra metade (49,2%), sente-se, algumas vezes apressado/a.

5. Conclusões e Discussão dos Resultados

Após a apresentação dos resultados deste estudo, será exposta a discussão dos mesmos e serão efetuadas algumas considerações, no que respeita aos resultados, e ao seu contributo.

Importa, em primeira instância efetuar um breve resumo de cada um dos três estudos para que seja possível verificar quais os direitos mais plenamente alcançados no concelho do Crato e aqueles menos conseguidos, em simultâneo, com a verificação das respostas dadas pelos diferentes públicos-alvo e a realização de uma ponte com a dimensão teórica. Do mesmo modo, constatar-se-ão a existência de concordâncias e discrepâncias/divergências entre as respostas das diferentes três amostras relativas à mesma temática. Para tal, e conforme referenciado no capítulo teórico relativo à CDC, os direitos podem ser divididos em quatro grupos distintos – Sobrevivência, Desenvolvimento, Proteção, Participação.

Nos questionários aplicados às crianças verifica-se que estas consideram que os direitos associados à sua participação são cumpridos, existindo troca de informação e de experiências dos professores para com as crianças, e o mesmo se confirma entre os pais e/ou pessoas responsáveis por elas, sendo de referir que também consideram a existência de apoio por parte dos encarregados de educação, a família e os professores. Apesar disto, e de acordo com os resultados obtidos, constata-se que existem algumas lacunas no que respeita ao questionamento, por parte dos professores, acerca do gosto e interesse que as crianças detêm pela escola e pelas aulas, o que significa que, nem sempre, as suas opiniões relativamente a este tema são tidas como relevantes. Da mesma forma, ao nível da segurança, o direito à proteção é um direito alcançado pelo concelho do Crato, uma vez que, a grande maioria das crianças considera sentir-se segura, no entanto esta situação nem sempre se verifica, dado que uma pequena minoria (10,6%) respondeu ter medo de ir a pé ou de bicicleta para a escola, e um terço admitiu que, por vezes, sentem medo que outras crianças lhes possam fazer mal.

Ao nível da saúde, foi possível concluir que as crianças se encontram devidamente esclarecidas e acompanhadas pelos profissionais de saúde e, também, pelas pessoas responsáveis por elas, cumprindo-se, deste modo, o direito associado à sobrevivência. Ainda relativamente aos direitos que se inserem no grupo da sobrevivência, as crianças responderam de forma positiva às questões apresentadas, verificando-se que existe respeito pelas suas necessidades, especificidades e características individuais, bem como, condições para satisfazer as necessidades básicas.

Efetuada referência aos questionários aplicados aos adolescentes e após a análise de resultados, conclui-se que no que concerne aos direitos do grupo do desenvolvimento associados à valorização do estabelecimento de relações sociais positivas, verifica-se que existe a participação destes em atividades fora do âmbito escolar e que este tipo de atividades são apoiadas por parte dos responsáveis/familiares. No entanto, verifica-se a existência de um reduzido número de jovens que participam e têm oportunidade de dar a sua opinião acerca de vários temas da comunidade em que se encontram inseridos, constatando-se a participação como um grupo de direitos menos conseguidos pelo concelho do Crato. O grupo de direitos associados à proteção, à semelhança das crianças, também se encontra atingido pelo Crato relativamente ao grupo etário dos jovens, pois estes responderam sentir-se seguros, tanto em ambiente escolar, como na rua, tendo conhecimento de a quem solicitar ajuda e apoio, em caso de necessidade, apesar de se constatar uma pequena percentagem que admite não sentir segurança. Do mesmo modo, ao nível da sobrevivência e no caso dos cuidados de saúde, os jovens confirmam existir preocupação nesta dimensão por parte das pessoas responsáveis, sendo que consideram que possuem apoio dos profissionais de saúde. No mesmo grupo de direitos – sobrevivência – os jovens afirmaram viver com condições habitacionais adequadas ao seu desenvolvimento, com higiene e segurança.

Por fim, e no que concerne aos questionários aplicados às famílias, conclui-se que estas consideram que o concelho apresenta condições para o desenvolvimento de brincadeiras, jogos e atividades desportivas e que as crianças/jovens pelos quais são responsáveis, participam em várias atividades fora do âmbito escolar, o que revela que a família considera que o grupo de direitos associados ao desenvolvimento se encontram em cumprimento. Já o grupo de direitos da participação apresenta algumas lacunas em virtude da referência, por parte das famílias, da não existência de um conselho municipal de jovens, onde estes possam participar, sendo que, de igual modo, algumas famílias desconhecem a existência de associações que desenvolvam atividades. Não obstante, confirmam que existe participação das crianças e dos jovens nas atividades e dinâmicas familiares. Ao nível da segurança e proteção, a opinião das famílias é que as crianças/jovens se sentem seguros na deslocação para a escola e no próprio ambiente escolar, apesar de existir uma pequena percentagem que considera que os transportes não são seguros. Não obstante, no interior das próprias habitações e em ambiente familiar, os mesmos afirmaram já ter, em algum momento, gritado com as crianças/jovens, no entanto assinalam que foi possível arranjar alternativas e estratégias distintas para impor regras.

Importa também referir que cerca de um terço das famílias admitiu que por vezes há situações em que outras crianças batem nas suas crianças, dentro ou fora do perímetro escolar. Dentro do grupo da sobrevivência, e no que respeita aos cuidados de saúde e à disponibilidade de alimentos, de acordo com as famílias, o concelho apresenta falhas relativamente à existência de apoio nos centros de saúde, traduzido na ausência de cursos de preparação para o parto e pós-parto, no entanto, as famílias indicam que é dado apoio às crianças/jovens por parte dos profissionais de saúde e consideram que a escola, no âmbito das refeições, confeciona alimentação saudável, existindo uma preocupação com a dimensão da saúde. O âmbito da educação também obteve respostas positivas, uma vez que, as famílias consideram que existe uma adequada e benéfica atuação por parte da escola e dos professores, e um esforço e empenho dos próprios em acompanhar as atividades que a escola promove, procurando participar com as suas crianças/jovens, o que se traduz na satisfação das necessidades educacionais e de estabelecimento de relações sociais, implícita nos direitos pertencentes ao grupo do desenvolvimento.

Comparando e relacionando estes resultados, é possível constatar que, no que concerne ao grupo de direitos associado à participação, encontram-se divergências, entre os jovens e as famílias, no que toca ao âmbito educacional, pois os jovens admitem que nem sempre os pais participam em atividades escolares, em contrapartida as famílias admitem participar em atividades escolares quando estas são alargadas à família. Já as crianças, demonstraram a opinião de que o/a encarregado/a de educação participa muito nas atividades da escola, apesar de existir uma razoável percentagem (equivalente a 27,3%) que admitiu que nem sempre participam. A existência de uma atitude participativa entre as famílias/encarregados de educação e os professores torna-se, efetivamente, importante para o desenvolvimento da criança/jovem a nível escolar e enquanto aluno, representando um papel fulcral no desempenho escolar, uma vez que, a comunicação que ocorre entre a família e a escola permite o alcance de um equilíbrio no desempenho escolar, com vista ao seu melhoramento (Picanço, 2012, p.41). Importa frisar que a influência da família, da escola e da comunidade na aprendizagem das crianças desempenham um importante e valorizado papel.

Face aos resultados apresentados relativamente à secção de “Brincadeira e lazer” e que corresponde ao grupo de direitos de promoção do desenvolvimento, podemos concluir que as famílias admitiram acompanhar as crianças no parque infantil e nas brincadeiras e acompanham, de igual forma, os jovens em outras atividades, não se verificando, no entanto, a existência de uma concordância, pois as crianças consideraram

que nem sempre as pessoas responsáveis por elas brincam com elas quando vão ao parque infantil, não obstante referiram que as pessoas responsáveis brincam ou fazem jogos depois da escola. Nas crianças, o brincar constitui-se como um momento de aprendizagem, que concede a possibilidade de a criança interiorizar o conhecimento que possui de si própria e do outro, funcionando como um processo de construção ou transformação e que contribui para o desenvolvimento e aprendizagem da criança (DeVries, 2004 apud Alves, 2018, p. 15). Assim, é tida como uma experiência educativa, na qual o adulto pode cooperar, enriquecendo o brincar mediante a inserção de intervenções que desencadeiem outras e novas possibilidades de descoberta, ampliação de interesses e conseqüente exploração e experimentação (Alves, 2018, p. 15). Por outro lado, os jovens, consideraram que as pessoas responsáveis por eles costumam ir vê-los praticar desporto ou acompanhar em outras atividades. A qualidade da educação só é alcançada se todos os intervenientes, nomeadamente, profissionais da educação, serviços da comunidade, famílias e as entidades locais, unirem esforços a fim de se envolverem nos processos educativos, tendo consciência dos benefícios da sua participação no desenvolvimento das crianças/jovens (Mata & Pedro, 2021, p. 7). Assim, é possível promover aprendizagens e conhecimento, bem-estar e uma boa integração social (Mata & Pedro, 2021, p. 7). Não obstante a responsabilidade de todos os intervenientes, o envolvimento parental e familiar desempenha um impacto ao nível da motivação e dos resultados de aprendizagem, do apoio à construção de valores educativos, do incentivo ao esforço realizado e da partilha de expectativas acerca dos processos de aprendizagem, pelo que, e tal como abordado no capítulo teórico, “os pais são pessoas muito significativas (...) e são o seu contexto relacional mais próximo”, exercendo “um papel fundamental de suporte aos desafios que os contextos educativos lhes propõem” (Mata & Pedro, 2021, p. 10).

Face aos resultados obtidos pode-se concluir que algumas crianças referem que não lhes é questionado pelos professores se gostam das aulas e da escola e uma maior percentagem admite que são questionados acerca do tema, contudo nem sempre isso acontece, à semelhança dos resultados obtidos no grupo etário dos jovens, em que apenas uma pequena percentagem dos participantes consideram que há preocupação por parte dos professores em perguntar o que corre bem nas aulas e o que gostariam de fazer de maneira diferente. Constata-se, no entanto, uma divergência, uma vez que, dentro da comunidade escolar, cerca de metade dos jovens (45,1%) mencionou já ter participado em grupos para discutir o que há de bom na escola e sobre as coisas que podem ser

melhoradas. Este conjunto de questões diz respeito ao grupo de direitos associados à participação, que de acordo com a CDC estão relacionados com “a possibilidade de exercer as competências pessoais e determinar as suas condições de vida, incluindo o direito à informação e participação” (Cardoso, Guerreiro, Silva & Lansdown, 2017, p. 35), visto que, todas as crianças são dignas de respeito enquanto seres humanos, constituindo-se imprescindível a sua participação e envolvimento em questões que a elas dizem respeito, devendo, por isso, existir diálogo e partilha de informação, com interesse e, sobretudo, respeito pela opinião da criança (Cardoso, Guerreiro, Silva & Lansdown, 2017, p. 64). A participação cívica e a cidadania ativa são, assim, promovidos pela participação em assuntos diretamente relacionados com a criança/jovem, que por sua vez promove a capacidade de contribuir para a criação de uma sociedade mais democrática e para a existência de uma cultura baseada no respeito, onde a tomada de decisões é realizada mediante a negociação e não o conflito (Cardoso, Guerreiro, Silva & Lansdown, 2017, p.67). Estas dimensões irão também permitir e inculcar uma noção de maior responsabilidade na criança/jovem, uma vez que, a participação se constitui como o principal processo de responsabilização, reforçando capacidades e possibilitando uma participação positiva e ativa (Cardoso, Guerreiro, Silva & Lansdown, 2017, p.67). Ao nível dos participantes pertencentes ao grupo das famílias, conclui-se que a maioria das famílias tem por hábito questionar as crianças acerca do que gostariam de fazer no fim-de-semana, e onde gostariam de ir passear ou de férias, apesar de se verificar que cerca de metade nem sempre o questiona. De igual modo, mais de metade das famílias admitiu que gosta de ouvir a opinião das crianças sobre vários assuntos e ter em consideração o que estas pensam e sentem.

Abordando o grupo de direitos da proteção, verificou-se que metade das crianças inquiridas não faz uso do autocarro ou outro transporte público para ir para a escola, nem vão para a escola a pé ou de bicicleta, sendo que uma pequena minoria referiu que não o faz por ter medo de se deslocar dessa forma, não se sentindo seguro. Relativamente ao medo de que outras crianças lhes possam fazer mal, algumas admitiram, por vezes, ter medo, mas a maioria fala com as pessoas responsáveis quando tem medo de alguma coisa, apesar de um quarto admitir que nem sempre o faz. Da mesma forma, alguns dos jovens inquiridos consideraram que nem sempre se sentem seguros ao usar autocarro ou outro transporte público e, por vezes, sentem medo que outras crianças ou jovens lhes possam fazer mal e, nestas situações, mais de um quarto dos jovens não sabe a quem se dirigir para pedir ajuda. Importa ressaltar a existência de divergências entre as respostas das

crianças e dos jovens e as das famílias, pois este último grupo considera segura a utilização de transportes públicos, e sentem que as crianças/jovens recorrem à família quando surge algum problema. Face a estes resultados, a garantia da segurança na escola exige um conjunto de intervenções nas esferas familiar e comunidade (Sales, 2009, p. 21).

Por fim, a secção “A minha vida pessoal” aborda os direitos relativos ao grupo da sobrevivência, na qual estão inerentes dimensões associadas à satisfação das necessidades básicas, como o direito a alimentação, alojamento/habitação e acesso a cuidados de saúde.

Ao encontro do referido relativamente ao grupo de direitos da proteção e centrando no âmbito escolar e educativo, o desenvolvimento e aquisição de novas aprendizagens, tanto na criança, como no jovem, depende, sobretudo, do trabalho realizado na escola, no entanto este fator não funciona isoladamente, pois para que a qualidade do serviço prestado pela escola resulte em efeitos positivos, é necessário que sejam garantidas “as necessidades básicas de alimentação e saúde das crianças”, bem como, que sejam providenciadas “condições e regras familiares favoráveis” (Sales, 2009, p. 20). Nesta

secção os resultados demonstraram-se unânimes nas três amostras, sendo que nos resultados das crianças, e relativamente à limpeza das suas casas e às condições de higiene pessoal, estes admitem a sua existência, o mesmo se sucedeu nos resultados apresentados nos inquéritos realizados aos jovens, que referiram existir condições de higiene nas suas casas: limpeza (94,1% responderam afirmativamente), água quente (98% responderam afirmativamente) e segurança (98% responderam afirmativamente). De igual modo, no âmbito da saúde as respostas foram positivas, demonstrando que é uma preocupação das famílias o acesso a cuidados de saúde e o acompanhamento neste âmbito. No que respeita à questão final efetuada aos adolescentes sobre se já tinham tido contacto com o sistema de proteção e qual a sua opinião sobre o mesmo, cerca de um terço optou por não responder.

Considerações Finais

A presente dissertação detinha como objetivo averiguar o respeito, cumprimento e implementação dos direitos das crianças no concelho do Crato, tendo como base de investigação a opinião das próprias crianças, dos jovens e das suas famílias. Para o efeito, e com o apoio da CPCJ do Crato, foram aplicados questionários pertencentes a um pacote elaborado no contexto da iniciativa “Cidades Amigas das Crianças”, organizada pela *Childwatch International Research Network* da UNICEF (2011) na Noruega, sendo que as questões sofreram as alterações necessárias, de modo a irem ao encontro dos objetivos das CPCJs, no que respeita ao Projeto Adélia. Através das orientações fornecidas por parte da CNPDPCJ, e em colaboração com as escolas do concelho, foi aplicada esta ferramenta de diagnóstico.

Foi realizada uma revisão de literatura que aborda as dimensões inerentes ao desenvolvimento da criança e do adolescente, passando pelo importante papel que a família desempenha neste desenvolvimento, na educação e, sobretudo, no respeito pelos direitos e no cumprimento dos mesmos. Posteriormente, efetuou-se uma exposição acerca dos direitos das crianças, incidindo sobre a CDC e a LPCJP.

Na parte empírica e através da análise dos resultados, após aplicação dos questionários, verificou-se que a maior parte dos direitos são implementados e cumpridos pelo concelho do Crato, nomeadamente os direitos associados à sobrevivência e desenvolvimento, que se constituem como os direitos mais plenamente alcançados pelo Crato. Da análise efetuada pode concluir-se que os direitos menos conseguidos dizem respeito ao grupo de direitos da participação e segurança, este último sobretudo em contexto escolar, face à verificação de existência de lutas na escola.

O estudo realizado contribuiu para a verificação do cumprimento e respeito dos direitos das crianças no concelho do Crato, incidindo nos contextos escolar e familiar, onde se procurou perceber as relações existentes entre as crianças/jovens, as suas famílias e os profissionais de educação, e o envolvimento de todos estes elementos na educação e desenvolvimento das crianças/jovens.

Assim, tendo em conta algumas vulnerabilidades evidenciadas nos resultados sugere-se que o plano local (CNPDPJ/CESIS (2019a, 2019b) contemple uma maior divulgação do Conselho Municipal de Jovens e que os que a este pertencem permitam que os seus pares sejam escutados e participem. A escola e os professores podem proporcionar mais oportunidades de participação às crianças e aos adolescentes, no sentido de escutarem as suas sugestões para melhorar as aprendizagens, a convivência

escolar, a segurança, e a escola no seu geral. Programas de promoção da convivência e prevenção da violência podem ser úteis dado que mais de um terço das crianças afirma ter medo que outras crianças lhe façam mal e 19,6% dos adolescentes considera que há muitas lutas entre alunos.

Um pouco mais de metade dos adolescentes e um terço das crianças considera que não têm tempos livres suficientes, pelo que poderá ser necessário repensar os horários ou a organização dos tempos letivos ou aprofundar as causas desta opinião.

Os adolescentes, em particular, consideraram ainda que existem poucos espaços de convivência juvenil, pelo que importa divulgar os que existem e/ou equacionar a possibilidade de outros espaços juvenis, e consideraram que existem poucas aulas que abordem a educação sexual, pelo que a escola e os professores poderão reforçar esta temática, no âmbito da educação para a saúde.

O município, a escola, as autoridades locais e a comunidade podem encetar programas de prevenção do consumo de substâncias psicoativas, dada a facilidade de acesso a estas substâncias, tal como foi admitido por cerca de metade da amostra dos adolescentes que responderam ao questionário.

No que respeita às famílias, e tal como considerado por um terço, estas sentem que nem sempre existem sítios para brincar com as suas crianças ou fazer jogos e praticar desporto com os adolescentes, sendo importante uma maior divulgação acerca destes espaços e/ou a criação dos mesmos, por forma a permitir a existência de zonas de lazer, que possibilitem a realização de brincadeiras, jogos e desenvolvimento de práticas desportivas, tendo como foco os interesses das famílias e suas crianças e adolescentes, uma vez que, se verifica a existência de um parque infantil no Crato e nas restantes freguesias. Sugere-se, assim, que exista uma maior divulgação das **infraestruturas** desportivas que se encontram à disposição da comunidade: estádio de futebol, piscina coberta, campo sintético e parque aquático. De igual modo, um terço das famílias considerou que as crianças não participam em atividades associativas e um quarto afirmou que as crianças têm vontade de integrar associações e fazer parte destas, pelo que se revela importante a criação e dinamização de associações que promovam atividades destinadas às crianças e adolescentes, verificando-se a existência de duas associações recreativas no concelho: o clube de futebol e a Banda Filarmónica.

O centro de saúde poderá desenvolver ações destinadas à comunidade no que concerne à preparação para o parto e pós-parto, pois a maioria das famílias admitiram não

serem chamadas para a realização de cursos neste âmbito, não se verificando apoio por parte desta entidade nesta dimensão da saúde.

Sugere-se, ainda, que as escolas possam dinamizar atividades no interior da Biblioteca Municipal, utilizando os recursos nela disponíveis (videoteca, espaço infantil, sala de exposições, minianfiteatro, espaço de leitura, entre outras), mediante a realização de uma articulação entre ambas as entidades, de modo a permitir um maior aproveitamento desses recursos, direcionados para âmbito escolar e de estudo, mas também de entretenimento, conhecimento e aprendizagem. Esta utilização do espaço da biblioteca permitiria um enriquecimento escolar, tendo em conta que, 42,4% das famílias consideraram que nem sempre as crianças/jovens usam a biblioteca.

Referências Bibliográficas

Alves, S. C. (2018). *Perceção dos Pais quanto ao Brincar: Estudo Referente a Crianças com Dois Anos*. [Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos Superiores de Fafe]. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/40401/1/projeto%20final%20susana%2019-7-18.pdf>

Andrade, S. (2019). *Crianças e Jovens em Perigo: Estudos de casos clínicos*. Lisboa: Edições Vieira d’Silva.

Bandura, A. (2005). *A evolução da teoria social cognitiva*. In: Smith, K.G.; Hitt, M.A. *Great minds in management*. Oxford University Press, 2005. p. 9-35. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5002687/mod_resource/content/1/Cap_01_Bandura Teoria Social Cognitiva.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5002687/mod_resource/content/1/Cap_01_Bandura_Teoria_Social_Cognitiva.pdf)

Cardoso, A. (2017). Infância(s) e Direitos. In F. Xarepe, I. F. Costa & M. R. O. Morgado (coord.), *O Risco e o Perigo na Criança e na Família*. (1a ed.) (3-15). Lisboa: Pactor.

Cardoso; A., Guerreiro, A., Silva A., & Landsdown, G. (2017). *Formação em direitos da criança: A Convenção em Prática. Referencial de formação*. CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social.

[20170516152537-1theam_cesis_referencial_de_formacao_convencao_em_pratica.pdf](https://www.cesis.pt/20170516152537-1theam_cesis_referencial_de_formacao_convencao_em_pratica.pdf)

Censos 2021. (2021, outubro 29). In *INE*. https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html

Childwatch International Research Network and the UNICEF Innocenti Research Centre & Children’s Environments Research Group (CERG-IRC) (2011). *The Child Friendly Community Assessment Tools. A Facilitator's Guide to the Local Assessment of Children's Rights*. <https://www.childwatch.uio.no/projects/activities/child-friendly-cities-and-communities-research-project/finaltoolkit2011.html>

CNPDPJ/CESIS (2019a). *Planos locais de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens. Documento 5a/ Diagnóstico local: Orientações para a recolha de informação quantitativa.* Documento enviado por e-mail pela coordenação do projeto Adélia da CNPDPCJ

CNPDPJ/CESIS (2019b). *Roteiro para a construção de planos locais de promoção e proteção dos direitos de crianças e jovens.* Documento enviado por e-mail pela coordenação do projeto Adélia da CNPDPCJ

CNPDPJ/CESIS (2019c). *A participação das crianças e jovens no diagnóstico local. Documento 6A/ Instrumento 6: Questionário para jovens.* Documento enviado por e-mail pela coordenação do projeto Adélia da CNPDPCJ

CNPDPJ/CESIS (2019d). *A participação das crianças e jovens no diagnóstico local. Documento 6B/ Instrumento 6: Ferramenta de diagnóstico para crianças.* Documento enviado por e-mail pela coordenação do projeto Adélia da CNPDPCJ

CNPDPJ/CESIS (2019e). *A participação das crianças e jovens no diagnóstico local. Documento 7/ A participação das famílias no diagnóstico local: Ferramenta de diagnóstico para famílias.* Documento enviado por e-mail pela coordenação do projeto Adélia da CNPDPCJ

CNPDPJ/CESIS (2019f). *Planos locais de promoção e proteção dos direitos das crianças. Documento 4: Notas para a construção do diagnóstico local.* Documento enviado por e-mail pela coordenação do projeto Adélia da CNPDPCJ

CNPDPJ/CESIS (2019g). *Planos locais de promoção e proteção dos direitos das crianças. Documento 6: Orientação para um diagnóstico participado.* Documento enviado por e-mail pela coordenação do projeto Adélia da CNPDPCJ

Comissão de Ética do IPP (2021). *Código de Ética do IPP.* - Publicado no Diário da República, n.º 157, despacho n.º 8047/2021, 2ª série.
<https://pae.ippportalegre.pt/repositoryStream/317977>

Crespo, T. P. N. (2016). *A importância do brincar para o desenvolvimento da criança*. [Tese de mestrado, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre]. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/19042/1/Relatório%20Final%20-Teresa%20Paula%20Nogueira%20Crespo.pdf>

Decreto Lei n.º 47344/66 de 25 de Novembro. Diário do Governo n.º 274/1966 - I Série. Ministério da Justiça. Lisboa.

Densidade Populacional segundo os Censos. (2021, outubro 29). In *Pordata*. <https://www.pordata.pt/Municipios/Densidade+populacional+segundo+os+Censos-591>

Lei n.º 147/99 de 01 de setembro. Diário da República n.º 204 – I Série. Lei de Proteção de crianças e jovens em perigo. Ministério da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade. Lisboa. https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=545&tabela=leis&so_miolo

Lourenço, A. P. S. R. R. (2010). *O Invisível da Sociedade: Crianças e Jovens em Risco*. [Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências da Educação]. <http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/1146/mestrado%20p%C3%B3s%20defesa.pdf?sequence=1>

O Município do Crato. (2021, outubro 29). In *Câmara Municipal Crato*. <https://www.camara-municipal.pt/municipio-crato.html>

ONU (1959). *Declaração dos Direitos da Criança*. Resolução 1386 (XIV) da Assembleia Geral da ONU sobre a Declaração dos Direitos da Criança. <https://eurocid.mne.gov.pt/eventos/dia-universal-dos-direitos-da-crianca>

Mata, L. & Pedro, I. (2021). *Participação e envolvimento das famílias – construção de parcerias em contextos de educação de infância*. Direção-Geral da Educação.

Pádua, G. L. D. (2009). A Epistemologia Genética de Jean Piaget. *Revista FACEVV*, (2), 22-35.

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4627078/mod_resource/content/1/Artigo_A%20epistemologia%20genética%20de%20Jean%20Piaget.pdf

Paulo, D. (2010). *Crianças e Jovens em risco e/ou perigo: A PSP no sistema de proteção*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna].
https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/32137/1/TRABALHO%20PROJECTO%20ASP%5B1%5D.%20DIOGO%20PAULO%2021_06_2010.pdf

Picanço, A. L. B. (2012). *A relação entre escola e família – as suas implicações no processo de ensino-aprendizagem*. [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação João de Deus].
<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2264/1/AnaPicanco.pdf>

Rajado, H. I. F. B. (2012). *Negligência nos cuidados infantis – Como identificar... Como atuar...* [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação de Coimbra].
<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/14078/1/Helena%20Isabel%20Fresco%20Barreto%20Rajado.pdf>

Reis, D. M., Prata, L. C. G. & Parra, C. R. (2018). *O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil*. Psicologia.pt.
<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1253.pdf>

Sales, C. (2009). Segurança e violência escolar: Uma visão Sistémica. *Interacções*, (13), 20-34.
https://www.researchgate.net/publication/235411799_Seguranca_e_violencia_escolar_Uma_visao_Sistemica

Silva, A. L. M. (2004). *O Desenvolvimento da Criança em Idade Pré-Escolar e a Afetividade*. [Dissertação de Mestrado, Escola de Educação da Universidade do Rio de Janeiro].
<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/graduacao/pedagogia-presencial/AlineLavanlledeMedonaSilva.PDF>

Silva, D. E. B. (2016). *Instituições de acolhimento de crianças e jovens: eliminação ou atenuação do risco e perigo? – O caso do Lar Esperança*. [Dissertação de Mestrado,

Instituto Superior de Serviço Social do Porto].
<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/14404/1/Dina%20Elisabete%20Br%c3%a1s%20Silva.pdf>

Sousa, T. & Carvalho, M. I. (2015). Impacto da Violência Doméstica em Crianças e Jovens. In M. I. Carvalho (coord.), *Serviço Social com Famílias*. (1ª ed.) (163-194). Pactor.

Souza, J. M. & Veríssimo, M. L. O. R. (2015). Desenvolvimento infantil: análise de um novo conceito. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 23 (6), 1097-1104.
<https://doi.org/10.1590/0104-1169.0462.2654>

Strecht, P. (2012). *Crescer Vazio: Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus tratos em crianças e adolescentes*. Assírio & Alvim.

Teixeira, P. (2008). *Maus Tratos Infantis*. artEscrita.

UNESCO (2016). *Educação para a cidadania global. Tópicos e objectivos de aprendizagem*. UNESCO. <http://www.unesco.org/new/en/global-citizenship-education>

UNICEF (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos*. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20-11-1989 e ratificada por Portugal em 21-9-1990. Comité Português para a UNICEF.
<https://www.unicef.pt/actualidade/publicacoes/0-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/>

Veríssimo, R. (2002). Fase da moratória psicossocial. In R. Veríssimo (Ed.), *Desenvolvimento Psicossocial – Erik Erikson* (pp. 19-20). Slim Books Series.

Xarepe, F., Costa, I. F. & Morgado, M. R. O. (2017). *O Risco e o Perigo na Criança e na Família*. Pactor.